

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
VARIANTE DE ESTUDOS DE MEDIA E
JORNALISMO

As fontes de informação no Porto Canal- o caso do Jornal Diário Ana Isabel Moreira Moura

M

2019



Ana Isabel Moreira Moura

As fontes de informação do Porto Canal- o caso do Jornal Diário

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação,
orientado pelo Professor Doutor Paulo Frias da Costa

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2019

As Fontes de Informação do Porto Canal- o caso do Jornal Diário

Ana Isabel Moreira Moura

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação,
orientado pelo professor Doutor Paulo Frias da Costa

Membros do Júri

Professor Doutor Paulo Frias da Costa
Faculdade de Letras- Universidade do Porto

Professor Doutor Pedro Costa
Faculdade de Engenharia- Universidade do Porto

Professor Doutor Hélder Bastos
Faculdade de Letras- Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores

Sumário

Declaração de honra	10
Agradecimento.....	9
Resumo.....	12
0	
Abstract.....	13
Índice de gráficos circulares	12
Introdução.....	15
Capítulo 1 – O estágio	15
1.1 O Porto Canal- contextualização da instituição	15
1.2 Experiência pessoal do estágio.....	20
1.2.1 Funções desempenhadas em jornalismo de produção.....	20
1.2.2 Funções desempenhadas em jornalismo de reportagem.....	24
Capítulo 2 – As fontes de informação e o jornalismo de proximidade	28
2.1 As fontes de informação jornalísticas.....	28
2.1.1 Classificação e tipologias de fonte de informação.....	31
2.1.2 O papel das fontes na notícia.....	36

2.1.3 O jornalista e as fontes.....	41
2.2 O jornalismo de proximidade.....	47
2.2.1 As principais fontes usadas no jornalismo de proximidade.....	54
Capítulo 3- As fontes no "Jornal Diário" do Porto Canal.....	60
3.1 Metodologia.....	60
3.2 Análise de dados.....	63
Conclusão	22
Referências bibliográficas	74
Anexos.....	78
Anexo 1	81
Anexo 2.....	83
Anexo 3.....	87

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, setembro de 2019

Ana Isabel Moreira Moura

Agradecimentos

Agradeço primeiramente á minha base familiar, pela mensagem de valores que me foi passada, e que para além de guiar a minha vida, alicerçou todo o meu percurso académico de que hoje me orgulho. Aos meus pais, adorados avós, ao meu irmão e à Sofia e, mais recentemente, ao pequeno Lucas, um especial agradecimento por estarem sempre do meu lado e conseguirem sempre levar o melhor de mim.

A todos os meus amigos e ao Pedro agradeço a lealdade, o carinho e a paciência. Por me acompanharem sempre e, sobretudo, neste último ano, me encaminharem nos dias mais difíceis.

Para toda a equipa do Porto Canal faltam-me as palavras. Foram três meses de pura aprendizagem que só me fizeram acreditar ainda mais na minha grande paixão: o jornalismo. Obrigada pelas oportunidades e por “me deixarem pôr as mãos na massa”. Um especial agradecimento às minhas orientadoras Vanda Balieiro e Alexandra Costa Martins pelas palavras e ensinamentos, e aos meus companheiros de estágio que tornavam as horas de almoço uma animação.

Ao meu orientador, ao professor doutor Paulo Frias da Costa, agradeço a disponibilidade que sempre teve para me ajudar ao longo de todo este processo com todas as minhas dúvidas e hesitações.

Que boa foi esta etapa na Faculdade de Letras, que tão bem me recebeu, me proporcionou momentos de aprendizagem para a vida e me trouxe pessoas que vou guardar para sempre com grande carinho.

Resumo

O presente relatório tem por base um estágio curricular na área de informação e jornalismo realizado no Porto Canal. O objetivo principal deste estudo é, através da análise a um conjunto de reportagens dos noticiários do “Jornal Diário” do Porto Canal, apurar quais as fontes de informação que os jornalistas deste órgão de comunicação usam com maior frequência. Os resultados obtidos com o presente estudo não representam a realidade dos órgãos regionais no geral, contudo oferecem uma visão ampla daquilo que acontece no Porto Canal. As conclusões do estudo demonstram que apesar do Porto Canal ser um órgão de comunicação local há um equilíbrio no recurso a fontes locais e nacionais. Os jornalistas privilegiam o contacto com as fontes pessoais e optam, maioritariamente, por dar voz às fontes que estão diretamente envolvidas nos acontecimentos retratados.

Palavras-chave: Fontes de informação; Jornalismo de Proximidade; Porto Canal; Jornal Diário

Abstract

The present report is based on traineeship in information and journalism areas realized at Porto Canal. The main purpose of this study is find out what are the most used information sources by journalists, analyzing a set of news reports from "Jornal Diário". The results from this study do not represent the reality of regional media, but offer an insight into what happens concretely at Porto Canal. The findings of the study show that there is a balance of local and national sources, although of Porto Canal being a regional media. The journalists prefer the contact with personal sources, and they mostly choose sources that are directly involved in the events.

Índice de gráficos

Gráfico 1.....	63
Gráfico 2.....	65
Gráfico 3.....	66
Gráfico 4.....	67
Gráfico 5.....	69

Introdução

O jornalismo é uma área que se tem desenvolvido ao longo dos séculos e tem-se expandido de formas diferentes e inovadoras, sendo por isso que tem sido alvo de várias transformações ao longo dos anos. Alguns fatores como o acesso universal à informação, o tempo e a evolução tecnológica contribuíram para a sua mudança, porém, o jornalismo alicerça-se por bases insubstituíveis, como é o caso das fontes de informação que continuam a ser um elemento essencial para o jornalismo e para o processo noticioso.

“A fonte de informação é a entidade (instituição, organização, grupo ou indivíduo, seu porta voz ou representante) que presta informações ou fornece dados ao jornalista, planeia ações ou descreve factos, ao avisar o jornalista da ocorrência de realizações ou relatar pormenores de um acontecimento” (Santos, 2006:75).

Partindo da temática - fontes de informação jornalísticas - pretendemos analisar as fontes de informação no “Jornal Diário” do Porto Canal. O principal objetivo é apurar o tipo de fontes que predominam neste bloco informativo, obedecendo à categorização de fontes de informação de investigador Manuel Pinto (2000: 279). Nesse sentido, o presente trabalho divide-se em três capítulos. Tratando-se de um relatório que tem por base um estágio curricular no Porto Canal, no capítulo 1 é feita a apresentação da entidade acolhedora onde consta a sua história e evolução, sendo que é também retratada a experiência do estágio e de que forma esta trouxe conhecimentos relevantes, sobretudo na área das fontes de informação. No capítulo 2 o principal enfoque são as fontes de informação jornalísticas. Desta forma são abordadas as classificações e tipologias de fontes noticiosas, assim como o papel das mesmas no processo noticioso. O objetivo é também perceber as relações entre jornalistas e fontes. Neste capítulo há também uma abordagem ao jornalismo de proximidade e como é que este género jornalístico lida diariamente com as fontes. Por último no capítulo 3 incluímos as questões que guiam a nossa investigação, a recolha de dados e técnicas de análise, o procedimento metodológico e, por fim, o tratamento e análise de dados e respetivas conclusões do estudo.

“O jornalista é um bêbado nato(...) O problema é saber se bebe água pura, puro malte ou puro veneno. (...). Se bebe água pura purifica-se a si próprio e purifica o ambiente. (...). Se bebe puro malte, perde clareza e consciência. (...) se bebe puro veneno da fonte é porque já não sabe o que faz bem ou mal”.

Jacinto Godinho

Capítulo 1- O estágio

1.1 O Porto Canal- contextualização da instituição

O Porto Canal, com localização na Senhora da Hora, foi a instituição escolhida para fazer o estágio curricular durante três meses. Esta experiência começou com uma entrevista conduzida pela chefe de redação Vanda Balieiro, que explicou todo o processo que um estagiário deve cumprir para integrar a equipa e assim realizar as funções que lhe são definidas. Este percurso no Porto Canal teve início em setembro de 2018, mas até aqui o canal já tinha dado longos passos.

Foi a 29 de setembro de 2006, que o Porto Canal foi para o ar pela primeira vez. Com apenas 3 jornalistas, 1 produtora e 1 repórter de imagem, o objetivo era criar um canal local com conteúdos de interesse para o Grande Porto e para os seus habitantes, contando com a permanente colaboração de empresas locais, autarquias e outras entidades da área metropolitana do Porto, como por exemplo, a Universidade do Porto.

A iniciativa partiu de Bruno Carvalho, antigo administrador da NTV, e que na altura se tornou o principal acionista e diretor geral da estação, de Daniel Deusdado e de José Miguel Cadilhe. Numa fase inicial, Fernando Tavares era diretor de informação e muitos profissionais da nova casa, transitaram da NTV para integrarem a fase pioneira da nova estação que estava a nascer, sendo que também vários programas da extinta NTV, transitaram para a grelha de programação do Porto Canal.

Inicialmente, a propriedade do canal pertencia à empresa Avenida dos Aliados S.A., um grupo de produtoras da cidade que incluía a do diretor geral, detendo grande parte do capital, sendo que as restantes participações se encontravam repartidas por empresas e autarquias.

Em 2009, Bruno Carvalho abandonou o cargo de diretor-geral e foi substituído pelo

realizador Juan Figueroa. A substituição representou um reforço do controlo acionista da Medialuso, uma participação do grupo espanhol MediaPro. E nesse mesmo ano, o canal deixa de se centrar unicamente na região do Grande Porto, começando a abrir-se a toda a região norte, dedicando assim programas a esta. O interesse nos conteúdos do canal passou a ser mais abrangente, sendo que consequentemente levou à abertura de nove novas delegações: Mirandela, Arcos de Valdevez e Penafiel em 2010; Guimarães, Braga e Douro ((Vila Real) em 2011; Lisboa em 2012; Aveiro em 2013.

Juan Figueroa assume que este foi “o primeiro passo para a abertura de uma rede de delegações regionais, com as quais o Porto Canal espera dar maior visibilidade às principais comunidades urbanas nortenhas” numa tentativa de reforçar “o carácter de proximidade da sua informação e entretenimento” em regiões de menor visibilidade nos media televisivos (Jornal de Notícias, 30 de junho de 2010).

A 1 de agosto de 2011, o Porto Canal passa a ser gerido pelo Futebol Clube do Porto, através de uma parceria com os donos do canal, a espanhola MediaPro. A mudança veio a reorganizar a estrutura do canal que se passou a organizar, da seguinte forma: Domingos de Andrade assumiu o cargo de Diretor de Informação e Programas, Rui Cerqueira o de Diretor de Conteúdos Desportivos, Fernando Tavares o de Assessor de Direção, Vanda Balieiro o de Chefe de Redação e Sara Barbosa o de Chefe da produção de informação.

Porém, o Porto Canal não se assume como o “canal do clube”, uma vez que a sua oferta de programas não passa exclusivamente pelos conteúdos do FCP, porém os conteúdos desportivos ganharam mais autonomia, pois passaram a ser determinados pelo clube e a ocupar espaços próprios na programação, sendo que nessa altura foram introduzidos de imediato dois novos programas o “Somos Porto” e “Flash Porto”. Ainda em 2011, e no dia em que festeja 11 anos de emissão, o Porto Canal reorganiza a sua grelha com novos programas de informação e entretenimento, com a assinatura do Futebol Clube do Porto, como foi o caso de “Azul e Branco”.

A 10 de janeiro de 2012 ocorre uma nova mudança no Porto Canal: Júlio Magalhães é apresentado por Jorge Nuno Pinto da Costa, presidente do FC Porto, como o novo diretor-geral do canal, sendo que passou a exercer funções a partir do dia 1 de fevereiro do mesmo ano.

Em 2015 deu-se por terminado o processo de aquisição do Porto Canal pelo Futebol Clube do Porto, envolvendo a Sociedade dos Aliados, detida pela Medialuso, e a FC Media. Terminadas as negociações, o Porto Canal entrou numa nova era: em janeiro de 2016 o canal surge renovado e mais abrangente. Depois de adquirido pelo Futebol clube do Porto, o canal sofre alterações quer a nível qualitativo, quer a nível tecnológico. Assim, após a aquisição, o clube azul e branco, investiu num extensivo upgrade tecnológico, com particular impacto na melhoria da qualidade som e imagem (HDTV), visando também a renovação do logótipo e do grafismo do canal, bem como o slogan do canal que agora é “Sinta Mais”. Na sua nova fase, a estação televisiva apostou em novos programas de entretenimento, informação e desporto, aumentando o tempo de emissão que passou a iniciar-se às 08h00. Com uma grelha mais diversificada, o canal apostou em caras novas para diversos programas, integradas numa mais alargada e variada programação. No que diz respeito à informação surgiu um novo bloco informativo matinal “Acordar”, emitido de segunda a sexta às 8h e surgiu o programa de notícias relativas à região norte “Mundo Local”. Os conteúdos do Futebol Clube do Porto foram reforçados por programas como “Universo Porto” bem como com transmissões em direto de jogos de futebol da equipa B, Sub-19, Sub-17, Sub-16, de andebol, basquetebol e hóquei em patins. No que toca ao entretenimento surgiram novos programas como foi o caso do “Olá Maria!”, “De Letra”, “Grandes Manhãs”, “Magazine Fim-de-semana” ou “Estação de serviço”.

Em julho de 2018 a FC Porto Media decidiu separar o Porto Canal da estrutura global. O objetivo era reduzir custos num processo de reestruturação que acabou por levar ao despedimento de vinte profissionais e ao encerramento de várias delegações. Por conseguinte, os conteúdos desportivos que dizem respeito ao Futebol Clube do Porto, terão produção a cargo do canal digital FC Porto TV, sendo que por sua vez os

generalistas serão assegurados pelo Porto Canal, uma vez que os dois canais passam a operar com orçamentos e recursos humanos separados. Júlio Magalhães, diretor-geral do canal, justificou os cortes "Não estamos a desinvestir, antes pelo contrário, mas temos de cumprir orçamentos e fazer alguns ajustes" (Jornal de Notícias, 16 de julho de 2018). Estas alterações refletiram-se também a nível da grelha de programas, que teve de ser reduzida devido à falta recursos humanos.

Durante o período de estágio, o Porto Canal apresentava uma grelha com uma programação muito reduzida no que toca à informação, sendo que só era emitido um bloco informativo por dia, o “Jornal Diário”, com emissão de segunda a sexta às 20h. À data de realização do estágio, estes eram os programas que faziam parte da grelha geral de programação:

- Universo Porto;
- Nas 4 Linhas;
- Desporto em Direto;
- À sexta com...;
- Estado do País;
- Jornal Diário;
- Júlio Magalhães;
- Jornal de Desporto;
- Mentes que brilham;
- Alô Ricardo;
- Olá Maria!;
- Consultório;
- Estação de Serviço;
- Filhos e Cadilhos;
- Glitter Show;
- A Falar é que a Gente se Entende;
- Caminho da História;

- Cinema Batalha;
- N'Agenda;
- Clube dos Cozinheiros;
- Imperdíveis.

Atualmente o Porto Canal tem cobertura nacional em alguns sistemas de transmissão por cabo e satélite, como é o caso da MEO (posição 14), da ZON (posição 13), da Vodafone (posição 13) e da Clix (posição 12). Neste momento para além da transmissão nacional, o Porto Canal já chega a Moçambique, Angola e centro da Europa, sendo que também chega ao seu público através das redes sociais e do site portocanal.sapo.pt.

1.2 Experiência pessoal do estágio

A passagem pelo Porto Canal através do estágio curricular ocorreu entre o dia 3 de setembro de 2018 e 4 de dezembro de 2018. Durante esse período foram delineadas duas etapas destinadas aos estagiários: agenda/produção de informação e jornalismo de reportagem.

1.2.1 Funções desempenhadas em jornalismo de produção

Desde do início do percurso no Porto Canal, mais propriamente na equipa de produção/agenda, as principais funções, diariamente, passavam por tirar aberturas, fazer a ronda e fazer push-ups.

Inicialmente o processo foi sobretudo de adaptação à equipa, à redação e aos métodos de trabalho. As primeiras semanas foram passadas na produção de informação de modo a aprender como se faz a agenda diária, o alinhamento do Jornal Diário e a produção de conteúdos.

Uma das coisas mais importantes a fazer era tirar aberturas. Todos os dias às 13h e às 20h (horário de emissão dos principais noticiários portugueses) a função passava por tirar fotos ao ecrã das televisões, de maneira a conseguir captar as três primeiras notícias apresentadas nos blocos informativos das televisões generalistas (RTP1, SIC e TVI). Posteriormente deveria ser redigido um e-mail com as informações anteriormente captadas que deveria ser enviado para a equipa de produção e para os coordenadores. Este processo é importante para que a equipa responsável pela criação do alinhamento diário tenha uma noção mais abrangente do que já foi noticiado pelas outras estações, para que o Porto Canal tenha sempre linhas editoriais que funcionem como uma alternativa àquilo que acontece noutros canais, tendo em conta que apesar de ser um canal que se assume como generalista, é também um canal regional. Porém, muitas das vezes, as televisões

generalistas também abrem os seus blocos informativos com notícias com uma incidência mais “à norte” e nesses casos a linha editorial do Porto Canal vai um pouco ao encontro disso. Contudo, muitas das vezes também os blocos informativos do Porto Canal abrem com notícias do âmbito nacional, principalmente quando são importantes para todos os cidadãos, como é caso de notícias sobre política e economia.

Diariamente deveria ser feita uma análise aos principais periódicos portugueses, como é o caso do Jornal de Notícias, Correio da Manhã e Público, onde o objetivo seria procurar alguns temas interessantes e “intemporais” que pudessem ser desenvolvidos em reportagem, sendo que depois da análise, deveria ser enviada uma proposta a explicar o porquê da escolha daquele tema e quais as suas fontes, para a chefe de redação Vanda Balieiro e para a equipa de produção/agenda, para que estes temas fossem analisados e, talvez, desenvolvidos em reportagem. Um dos temas sugerido foi encontrar alguns estudantes que estivessem a ter dificuldade em arranjar casa/ quartos na cidade do Porto e entrevistá-los nesse sentido, uma vez que este tema estava a ser discutido nos principais órgãos de comunicação social em Portugal. Este tema foi aceite pela coordenação e foi elaborada uma peça que foi para o ar no bloco informativo “Jornal Diário”, onde foram usados depoimentos de jovens nessa situação.

Este processo de sugestão de temas deveria ser frequente, mas não diário, pois neste departamento as funções passavam também por outras coisas.

Todas as manhãs, eram feitas rondas diárias, auxiliadas pelo site do PROCIV (Proteção Civil). Este processo das rondas diárias passava por fazer chamadas para vários meios de socorro da região norte, como é o caso da Proteção Civil, dos bombeiros, da polícia ou da GNR, e através deles tentar perceber se estavam a haver ocorrências relevantes ou se estas tinham acontecido durante a noite. Em paralelo, deveria ser sempre consultado o site da Proteção Civil para tentar captar ocorrências importantes e caso as houvesse, os meios envolvidos deveriam ser contactados o mais rápido possível, na tentativa de permitir ao canal ter o máximo de notícias em “primeira mão” possíveis.

Através das rondas diárias houveram situações que permitiram ao Porto Canal ser o primeiro a chegar ao local ou a dar a notícia em “primeira mão” no site online, uma vez que o único bloco informativo do canal só teria início no final do dia, às 20h. Um dos grandes desafios desta prática é criar uma ligação com quem está do outro lado do lado, ou seja, com a fonte de informação, para que assim o trabalho do jornalista seja facilitado.

A título de exemplo, foi no segundo dia de estágio que através da prática de fazer “ronda”, a redação teve conhecimento de uma ocorrência que acabou por ser notícia no “Jornal Diário”. Logo pela manhã, no seguimento de uma chamada para os bombeiros de Espinho, foi dito que estava a haver um incêndio numa casa desabitada no centro da cidade e devido às proporções que o incêndio estava a tomar, foi decidido que deveria ir uma equipa para o local, sendo que nesta situação o Porto Canal conseguiu ter a notícias antes dos outros meios de comunicação e trazê-la a público através do seu site.

O mesmo aconteceu dias depois, através de um telefonema para os bombeiros de Valongo, quando estes deram conta da ocorrência de um incêndio num carro, de onde acabou por resultar um morto. Neste caso não foi nenhuma equipa para o local, porque o incêndio já estava em fase de rescaldo, porém o Porto Canal foi dos primeiros sites de notícias online a dar conta do que se tinha passado. Perante estas duas situações fica evidente a necessidade que um meio de comunicação tem em estar em constante contacto com fontes de informação.

Uma outra função enquanto estagiária da equipa de produção, era analisar cartas e telefonemas que iam chegando à redação, apresentando-os à coordenação que posteriormente decidia se eram passíveis de ser noticiados. Na maior parte dos casos estas situações eram notificações de pessoas que queriam denunciar alguma situação e tentavam fazê-lo através dos meios de comunicação. Muitas das vezes os assuntos pareciam de grande interesse jornalístico, mas sempre que acontecia uma denúncia ou um pedido era necessário analisar o caso a fundo e fazer alguns contactos para tentar perceber a sua veracidade e relevância jornalística. Um destes casos aconteceu quando uma fonte anónima enviou uma carta à redação do Porto Canal, onde expunha um ambiente de

crime, violência e consumo de drogas no local onde morava e tinha como objetivo a realização de uma reportagem, para dar a conhecer esta realidade, que segundo os relatos, era conhecida por todos os habitantes da zona em questão e também pelos meios e instituições locais. Nestas circunstâncias a primeira coisa a fazer foi contactar a PSP e a junta da freguesia da cidade, questionando-os sobre os acontecimentos descritos pela fonte anónima, porém ambas as entidades negaram ter conhecimento do caso e desses episódios. Este caso não foi noticiado pelo Porto Canal porque não haviam dados ou testemunhos que, segundo a equipa de produção e coordenação, justificassem uma saída para uma reportagem ou uma possível investigação.

Por outro lado, a redação recebeu a chamada de um invisual identificado, e que tinha como objetivo expor as suas dificuldades em atravessar a linha do metro, local onde tinha de passar para ir para casa diariamente, uma vez que esta não se encontrava equipada com sinalização sonora. Esta situação foi investigada pelo Porto Canal que percebeu depois que também a Câmara Municipal do concelho em questão, já estava devidamente informada sobre o caso e que esta situação deveria ser noticiada, pois estava a pôr em risco não só a pessoa que veio fazer essa denúncia, como também outros utentes daquela via. Este trabalho de investigação é fundamental para o jornalista, pois é nesta fase que se retiram as primeiras ilações sobre os assuntos que estão a ser tratados, e que posteriormente irão ser confirmados ou não, através do recurso ao uso de fontes envolvidas na situação.

O trabalho com a equipa de produção passava também por uma outra tarefa diária: a elaboração de push-ups. Este é um termo da gíria jornalista que corresponde às notícias que vão aparecendo no rodapé dos blocos informativos, e que neste caso iam aparecer no rodapé do “Jornal Diário”. Esta função passava pela leitura de jornais, assim como sites noticiosos para adicionar notícias aos pushups, que depois eram corrigidos pela equipa de produção e pelos coordenadores do Porto Canal. Os push-ups estavam divididos em duas categorias: país e mundo.

Outras das competências que eram exigidas durante o trabalho na fase da produção era a realização de agendamentos. Normalmente, era cedida uma notícia de algum jornal, sendo que deveriam ser pesquisados contatos para conseguir falar com uma certa entidade. O objetivo era articular com os intervenientes na reportagem, o local e a hora da mesma, mediante a disponibilidade dos mesmos e da agenda do Porto Canal. Uma má gestão do agendamento de uma reportagem pode levar a que o jornalista se perca, ou até mesmo que chegue ao local e lhe digam que não tem autorização para estar lá ou filmar. Assim, se percebe que é fundamental uma relação entre jornalistas e produtores, que devem estar sempre em sintonia para facilitar o trabalho no terreno.

Todos os dias a chefe de redação, em conjunto com a equipa de produção/agenda, elaboram uma agenda onde estão especificados os serviços dos jornalistas e dos repórteres de imagem para o dia seguinte. Neste trabalho, a chefe de redação, Vanda Balieiro, acede à agenda que é elaborada na produção, e em seguida, distribui as reportagens pelos jornalistas disponíveis. No final do dia, a equipa de agenda deve informar individualmente os jornalistas e os repórteres de imagem, através do envio de e-mail, dos serviços que têm agendados para o dia seguinte.

1.2.2 Funções desempenhadas em jornalismo de reportagem

Passadas duas semanas após o início do estágio no Porto Canal, começaram as funções em jornalismo de reportagem.

A primeira proposta apresentada pela chefe de redação, Vanda Baleiro, foi criar peças de notícias encontradas em sites de notícias para ganhar experiência, quer a escrever, editar e sonorizar, porém o passo seguinte seria acompanhar os jornalistas nas suas saídas para o terreno. Com estas saídas percebe-se que quando o jornalista sai para fazer a reportagem tem já algum material preparado para facilitar o seu trabalho no

campo, como por exemplo a morada para evitar perda de tempo. Quando são eventos marcados, como é o caso palestras, conferências de imprensa ou tomadas de posse, é essencial que o jornalista não se atrase, pois caso aconteça poderá perder informações ou até mesmo declarações importantes.

A primeira saída em reportagem, foi com a jornalista Joana Branco a uma escola de Vila Nova de Gaia, devido a uma denúncia de amianto no local. Esta reportagem já estava agendada desde o dia anterior, mas nem sempre as ocorrências jornalísticas permitem esta logística. Um exemplo disso foi o dia seguinte, aquando de uma saída com uma jornalista que estava “a piquete”, ou seja, trata-se de uma equipa (jornalista e repórter de imagem) que não tem eventos agendados e estão disponíveis para sair em casos de última hora. Nesse dia foi tido conhecimento de um incêndio em Custóias e a equipa foi para o local. A situação foi de última de hora, o que me permitiu compreender o funcionamento e organização da equipa que está de piquete nestas situações.

No terreno a posição dos estagiários é sempre de observação, tomando notas de pequenos detalhes do que se passa, para posteriormente ajudar na construção da peça jornalística. De regresso à redação é proposto, que em paralelo com o jornalista, seja feita uma proposta de peça que poderia ser apresentada no Jornal Diário, sendo que esta é uma forma de aprendizagem e preparação.

Quando não há nenhum serviço agendado, a manhã começa com uma pesquisa nos maiores sites e jornais de comunicação portugueses, de forma a captar os principais destaques do dia e se a pertinência de alguns destes se adequa ao alinhamento que é previsto para o jornal, daí a importância de estar sempre atento às notícias que possam surgindo. Nestas situações, e quando não é possível fazer a deslocação até ao local, quer para tirar imagens de um acontecimento, quer para fazer entrevistas presenciais, pode ser feita uma peça de redator. Este tipo de trabalho consiste em construir a notícia na redação, com dados fornecidos por uma fonte ou através de notícias já lançadas por outros meios de comunicação social que muitas das vezes fornecem os seus conteúdos, como é o caso

da Agência Lusa. Nestes casos, os jornalistas têm muitas vezes de recorrer ao VSN Explorer, um programa que permite ir buscar imagens de arquivo para “pintar”, de forma conveniente e articulada, a notícia que vai ser apresentada, uma vez que não foi permitido ir ao local para captar imagens.

Todas estas diferentes situações quer, situações de última hora, conferências de imprensa, entrevistas agendadas ou cobertura de eventos mediáticos, são experiências que permitiram, através da observação direta, perceber de que forma agir nas diferentes circunstâncias.

Uma outra função em jornalismo de reportagem era a elaboração de “OFFS2”. São segmentos de imagens usadas para ilustrar uma notícia que está a ser lançada pelo pivot, ou seja, não é classificado como peça jornalística nem apresentado com a autoria de nenhum jornalista.

No primeiro dia do mês de outubro, foi alcançada alguma autonomia na redação, uma vez que a estagiária ficou encarregue de elaborar a Síntese Internacional para o Jornal Diário. Este trabalho é um resumo das três/ quatro notícias mais importantes a nível internacional, que deve ser proposto à coordenação. Depois de aceite é possível redigir os respetivos textos sobre cada uma das notícias (com base em notícias já elaboradas por outros media, como foi muitas vezes o caso do Jornal de Notícias, Agência Lusa, Notícias ao Minuto, Público, etc) sonoriza-los e encaixá-los numa só peça que não deverá ter mais que dois minutos / três minutos.

A primeira saída sozinha para o terreno sem o acompanhamento de nenhum jornalista, tratou-se uma conferência de imprensa em Valongo que visava falar da obesidade infantil no concelho, e de um estudo que foi feito neste seguimento. Estavam presentes os responsáveis pelo estudo e também o Presidente da Câmara, pessoas entrevistadas no final da conferência. As saídas para reportagens deste género eram,

normalmente, a eventos previamente agendados o que permitia uma preparação antes de ir para o local. Sempre que estava terminada uma peça, algum membro da coordenação deveria aprová-la ou então fazer alguns ajustes que considerasse necessários. Depois de ser dada autorização para a peça ir para o ar, esta deveria ser colocada no programa VSN Explorer, para posteriormente ser “puxada” para o alinhamento do “Jornal Diário”.

Posteriormente foi passada a responsabilidade de estar de piquete. Este tipo de trabalho é mais desafiante, porque requer um conhecimento de causa feito mais por “improviso” onde o jornalista/ estagiário deve fazer uma investigação do que se passa no local. Foi o que aconteceu nesse dia na saída à praia de Leça da Palmeira, devido à ocorrência de um desaparecimento de uma pessoa no mar. No local percebeu-se que se tratava de um suicídio e por isso não poderia ser elaborada notícia sobre o assunto, pois nestes casos os órgãos de comunicação social costumam resguardar as pessoas envolvidas.

Uma experiência diferente foi a cobertura de uma manifestação silenciosa no Hospital de São João, que se traduzia num cordão humano em volta do serviço de pediatria. Apesar de não ter sido feita peça sobre isto porque o acontecimento deu-se num sábado e aos fins de semana não há “Jornal Diário”, este trabalho, foi muito enriquecedor pois acabou por permitir um contacto com jornalistas de outros órgãos de comunicação social que estavam nesse momento a fazer diretos. Uma vez que o estatuto de estagiário não permitia fazer diretos nem vivos, é interessante perceber o funcionamento destas dinâmicas, dentro e fora do canal.

O trabalho na área de jornalismo de reportagem permitiu fazer, maioritariamente, peças jornalísticas para o Jornal Diário, porém algumas peças elaboradas foram apresentadas em outros programas do Porto Canal como foi o caso do programa “Consultório”, “Mentes que brilham” e “Júlio Magalhães”.

Capítulo 2- As fontes de informação e o jornalismo de proximidade

2.1 As fontes de informação jornalísticas

De acordo com o novo código deontológico dos jornalistas, aprovado no 4º congresso dos jornalistas, este deve “relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade”, mas nem sempre esta tarefa é fácil. Para contar a sua história da forma mais transparente possível está dependente de um elemento que é fundamental no processo de comunicação - a fonte de informação. “La fuente es para el periodista lo que el agua y el alimento puedan significar para la vida” (Curiel, 2011:175).

No seguimento do seu trabalho e na construção da notícia, o jornalista depara-se sempre com esta necessidade de recorrer às fontes de informação, independentemente do tipo de fontes que são usadas, por isso Rogério Santos assume esta relação como um espaço que “não cinge à mera troca de informações” denominado de “campo de notícia”, que muito mais que isso, leva a uma partilha de valores. Segundo o autor este processo culmina com a formação da notícia propriamente dita, uma vez que esta é “uma construção social da realidade, com os agentes implicados a tecerem conjecturas sistemáticas sobre o modo como podem conduzir e negociar o seu ponto de vista”. (Santos,1997:12)

O facto de não conseguirem estar sempre presentes em todos os locais, nem testemunhar todos os acontecimentos que são passíveis de ser noticiados, faz com que os jornalistas não consigam ter acesso de imediato às ocorrências e por isso tenham a necessidade de recorrer a testemunhos de pessoas capazes de relatar tudo na íntegra, as ditas fontes. Segundo Fontcuberta, há duas formas do jornalista conseguir construir a

notícia sendo que “quando um jornalista assiste pessoalmente ao acontecimento que descreve, a notícia denomina-se em “primeira mão” e implica o seu testemunho direto. Se o jornalista não conhece pessoalmente a informação, mas a obtém através de declarações de uma testemunha direta, fala-se em notícia em “segunda mão” (Fontcuberta1999:47).

Também Matos assume a dificuldade do jornalista conseguir sempre dar a notícia em primeira mão ou ter o contacto direto com as pessoas diretamente envolvidas no acontecimento, pois “a natural ausência da capacidade de onnipresença dos jornalistas é um dos motivos na base do importantíssimo papel que as fontes de informação desempenham no trabalho dos media”, por isso as fontes para além de fornecerem elementos essenciais, que permitem aos jornalistas a construção de notícias, acrescentam também credibilidade ao trabalho elaborado uma vez que “contam a história” de forma muito mais detalhada (Matos,1999:47). Tal como refere a jornalista e professora Concha Pérez Curiel “La fuente es el punto de partida de todo proceso comunicativo, cumple la función de dar forma de mensaje al significado y se encarga además de su codificación” (Curiel, 2011:163).

Assim as fontes assumem cada vez mais, um papel de destaque e são a base da comunicação e do jornalismo, porém ao longo do tempo têm sido atribuídas definições diferentes para as fontes de informação, sendo que algumas delas têm vindo a complementar-se.

De acordo com Gomis (1991, cit. por Matos, 2010:36) as fontes de informação são todas as pessoas, grupos, instituições ou vestígios (documentos, discursos, dados) elaborados por aqueles. Esses informadores estão, normalmente, associados a posições sociais dentro desse mesmo espaço, onde têm como principal objetivo defender os seus interesses e pontos de vista.

Mar de Fontcuberta tem uma definição mais abrangente e afirma que as fontes de informação são “pessoas, instituições e organismos de todo o tipo que facilitam toda a informação de que todos os meios de comunicação necessitam para elaborar notícias” (Fontcuberta, 1999:46). Neste sentido o autor faz ainda uma distinção entre a informação que o meio de comunicação procura através dos seus contactos e a que recebe através de contatos interessados na divulgação dessa notícia.

Também Nelson Traquina tem uma visão bastante ampla de fonte informação, considerando que “para os jornalistas, qualquer pessoa pode ser uma fonte de informação”, sendo por isso o “indivíduo que o jornalista observa ou entrevista e lhe fornece informações”. Deste modo, Traquina explica que “qualquer pessoa envolvida, conhecedora ou testemunha de determinado acontecimento ou assunto” por ser considerada uma fonte de informação importante para o trabalho jornalístico (2002, cit. Por Matos, 2010:37).

Ao encontro desta ideia, o investigador Manuel Pinto considera “As fontes são pessoas, são grupos, são instituições sociais ou são vestígios – falas, documentos, dados – por aqueles preparados, construídos, deixados. As fontes remetem para posições e relações sociais, para interesses e pontos de vista, para quadros espaço-temporalmente situados” (Pinto, 2000:278).

Para David Berlo tudo o que seja comunicação humana tem uma fonte, seja ela qual for, por isso para o autor uma fonte é “uma pessoa ou um grupo de pessoas com um objetivo para despoletar o processo comunicativo, objetivo esse que tem de ser expresso em forma de mensagem” (2003:30, cit. por Vasco Ribeiro, 2009:17). O autor identificou ainda quatro características da fonte que podem aumentar o seu grau de fidelidade “a) as suas habilidades comunicativas; b) suas atitudes; c) nível de conhecimento e d) sua

posição dentro do sistema sociocultural” (2003:43, cit. por Vasco Ribeiro, 2009:17).

Em análise às várias definições, e tentativas de explicar o conceito de fonte, pode-se entender que qualquer emissor capaz de fornecer ao jornalista, informações relevantes sobre um determinado assunto sobre o qual tenha conhecimento ou tenha presenciado pode ser visto como tal. Esses dados podem ser obtidos através daquele que esteve envolvido de forma direta ou indireta na ocorrência em causa.

A fonte pode ainda ser um especialista sobre o assunto em questão, que por isso dá o seu parecer sobre os factos ocorridos, tendo como principal objetivo melhorar o entendimento do público, clarificando questões mais complexas que surjam em relação ao sucedido.

Em suma, as fontes de informação têm sido tidas como elementos cruciais do processo de construção noticiosa, pois constituem a matéria-prima do jornalismo. Sem fontes não há forma de dar a conhecer a ocorrência, sendo que sem ocorrências não há notícias, e por sua vez sem notícias não há jornalismo.

2.1.1 Classificação e tipologia das fontes de informação

O estudo das fontes de informação tem ganho grande destaque no jornalismo e constitui um fator muito importante para o desenvolvimento desta área, por isso é importante perceber de onde chegam as informações que são passadas pelos órgãos de comunicação social. O esclarecimento da proveniência das informações, ideias ou testemunhos deve ser claro tendo em conta um enquadramento que deve ser tido em conta antes de chegar até ao público.

Neste sentido são muito diferentes as classificações e tipologias, atribuídas às fontes de informação por vários autores.

As primeiras pesquisas sobre este tema apresentam uma tipificação muito simplista, mas ao longo do tempo e com a maior necessidade da utilização das fontes para o

jornalismo, há um desenvolvimento no que diz respeito a sua classificação.

Um dos primeiros autores a desenvolver o tema das fontes e as suas relações com o jornalista, foi David Berlo. O autor indicou a existência de quatro fatores que, na sua perspectiva, podem aumentar a eficácia das fontes. Segundo o académico americano, o que poderá dar maior ou menor fidelidade às fontes são: "as habilidades comunicacionais (escrita e palavra - fontes codificadas; leitura e audição - fontes decodificadas; raciocínio - criada pelas quatro anteriores); as atitudes quotidianas (ações que se tem com outras pessoas e consigo mesmo, assim como em relação ao tema); o nível de conhecimento da fonte (o domínio que tem do assunto e da instituição que representa ou sobre a qual fala) e a posição da fonte no sistema sociocultural (o status social influencia a forma como abordamos as questões e como se constrói a mensagem)" (1960:39 cit. por Matos).

No século XX Gieber e Johnson (1961) assumiram apenas a existência de um tipo de fonte, sendo que esta era considerada a fonte oficial, a prefeitura de Nova York (cit. por Schmitz, p.3).

Na década de 70, Sigal expandiu esta ideia e para além da fonte oficial, que considerava ser a fonte primária que representa os poderes constituídos e tem fácil acesso aos media pois "controlam a informação sobre o meio envolvente, em especial o mundo e a opinião pública" (Sigal, 1973:133, cit. por Santos 1997:26), indicou também a fonte não governamental, ou fonte desconhecida, que é tida como algo que rapidamente é noticiado, desde que esteja envolvido em eventos ou ações de grande interesse (Sigal, 1973:3 cit. por Schmitz). O autor que distingue as fontes oficiais e não oficiais na construção da notícia acredita que "A notícia não é o que os jornalistas pensam, mas o que as fontes dizem" (1986:29, cit. por Santos 1997:26).

Molotch e Lester apresentam um novo conceito que difere daquilo que até agora foi visto de como surge a notícia, denominando as fontes como "promotoras de notícias" (news promoters) devido à sua intencionalidade de promover certos eventos ou ações. Para os autores, as fontes de informação têm como principal objetivo utilizar os meios de comunicação e os jornalistas para promover as suas notícias, sobretudo aquelas que são

do seu interesse e podem incidir a seu favor, contudo os autores têm consciência de que são os jornalistas quem detêm a autonomia de definir o que é ou não no notícia, e se a matéria deve realmente ser noticiada (1973:3 cit. por Schmitz). Esta ideia de fonte como promotor é alcançada partindo de um princípio em que a maior parte dos acontecimentos são de rotina, sendo planeados por entidade que neste caso é o “promotor” e que transforma os acontecimentos não observáveis em “um novo acontecimento que reformula os anteriores, dentro do contexto em que se encontram colocados, o que os leva a procurarem compreender as relações existentes entre os diversos tipos de necessidades noticiosas” (1974:119, cit. por Santos, 1997:22).

Ainda na década de 70, Hall apresenta as fontes como “definidores primários” (primary definers) onde é atribuída uma preferência dos media “às opiniões do poder, aos “porta-vozes” oficiais” (Hall, 1978:58, cit. por Santos, 1997:29) pois considera que esta relação de jornalistas com fontes tem como base uma “hierarquia de credibilidade” onde as fontes com algum poder ou estatuto social têm uma voz mais ativa e considerada mais credível nos temas abordados. Assim, neste contexto, há margem para as fontes consideradas como “definidores secundários” (secondary definers), todavia estas colocam-se “numa posição de subordinação”. Para este autor o acesso aos meios de comunicação social é estratificado e admite pouca autonomia por parte dos jornalistas, pois considera que as fontes são um bloco “unido e unitário” (1973:3, cit. por Schmitz).

Em 1980, Gans começa a aperceber-se da grande influência que as fontes têm nas decisões dos jornalistas e define fonte como “pessoa que o jornalista observa ou entrevista e a quem fornece informações enquanto membro ou representante de um ou mais grupos de utilidade pública ou de outros setores da sociedade” (Gans, 1979: cit. por Santos, 1997:32-33). Não tendo a intenção de as classificar ou tipificar, o autor assume a existência de sete fontes, sendo elas institucionais, oficiais, provisórias, ativas, passivas, conhecidas e desconhecidas. Para o autor as fontes e o jornalista têm objetivos diferente, sendo que na perspetiva das fontes o objetivo é tentar informar sob sua conveniência, contudo os jornalistas tentam informar de acordo com a sua secção e especialização e por isso recorrem às fontes de informação de acordo com as suas necessidades de produção (Gans, 1979:81, cit. Por Santos, 1997:33).

Na visão de Borrat, há uma grande amplitude de modelos de fontes, uma vez que nem todas agem da mesma forma. O autor divide os tipos de fontes em cinco, sendo elas a fonte resistente que “levanta fortes obstáculos, restrições e reticências a quem nela procurar informação”; a fonte aberta, ou seja, não cria resistência à procura dos órgãos “mas também não toma a iniciativa”; a fonte espontânea que “toma a iniciativa de informar o meio de comunicação”; a fonte ansiosa é muito semelhante à anterior mas “com maior envolvimento pessoal e urgência”; a fonte compulsiva pois “toma a iniciativa com todos os recursos ao seu alcance, tentando obrigar o meio a divulgar a sua informação”(Borrat, 1989, cit por. Fontcuberta, 1999:47).

Já no início do século XXI, Manuel Pinto faz também uma classificação das fontes por tipos e apresenta-as segundo a sua natureza (pessoal ou documental); origem (pública ou privada); duração (esporádica ou permanente); âmbito geográfico (local, nacional ou internacional); grau de envolvimento (primária ou secundária); atitude face ao jornalista (ativa ou passiva); identificação (explicitada ou confidencial); metodologia (proativa ou reativa) (Pinto, 2000: 277-294).

Lage aponta a natureza das fontes como sendo “mais ou menos confiáveis, pessoais, institucionais ou documentais”. Classifica-as como “oficiais”, ou seja, instituições nas quais o Estado exerça algum tipo de poder; “oficiosas”, aquelas que não têm autorização para falar em nome de uma pessoa individual ou de uma organização e “independentes” as organizações não governamentais. Lage aponta também fontes primárias e secundárias, tendo em conta a sua relação direta ou indireta com os acontecimentos. Por fim, o autor indica ainda, as “testemunhas”, que são quem presencia os factos e os “experts”, pessoas especializadas em algum assunto que interpretam os factos (Lage, 2001:62-68).

Manuel Chaparro faz uma classificação de sete tipos de fontes, sendo elas organizadas, que são organizações que produzem conteúdos de grande competência e muito passíveis a serem usados no processo de construção noticioso; informais, falam apenas por si; aliadas, as que mantêm uma relação muito próxima e de grande confiança com os jornalistas; de aferição, têm especialidade em determinados temas; de referência, são tidas como pessoas ou instituições com grande conhecimento numa assunto específico; documentais, referem-se a documentos identificados e, por norma, confiáveis;

bibliográficas, abrangem, por exemplo, livros, teses ou artigos científicos (Chaparro, 2009, cit. por Schmitz, p.4-5).

A Folha de São Paulo faz uma distinção de apenas quatro tipos de fontes de informação. São elas de “tipo zero”, que incluem informações de documentos, enciclopédias ou vídeos e que prescindem de cruzamento com outras fontes; “tipo um”, são fonte com um “histórico de confiabilidade” e que fala com conhecimento de causa; “tipo dois”, vai ao encontro do “tipo um” mas carece do histórico de confiabilidade, por isso é recomendável que as informações deste tipo de fonte seja cruzadas com pelos menos mais uma fonte; “tipo três” é tida pela Folha de São Paulo como a fonte de menor credibilidade porque a maior parte das vezes está sobre pressão de interesses como é o caso do poder político ou do poder económico (2010:37-38, cit. Por Schmitz, p.5).

Na opinião de Curiel é muito difícil tipificar fontes de informação, sobretudo se a intenção for “configurar una clasificación única que reúna todos los tipos de fuentes” (2015:175). Para a investigadora as fontes de informação são como “filtros” aos quais os jornalistas se podem dirigir sempre que precisam de aceder para ter conhecimento dos acontecimentos diários, por isso estas podem ser “personales o documentales, públicas o privadas, abiertas, resistentes, compulsivas, especializadas... definidas por su intervención en los hechos, por su actitud como informantes o confidentes o por el conocimiento técnico del tema tratado” (Curiel, 2011:175).

Deste modo percebe-se que houve uma evolução na classificação das fontes por parte de vários autores, porém todos eles foram dando o seu contributo com critérios de análise das fontes bastante diferentes. Schmitz, diz que ainda assim com todos os contributos que têm sido dados no âmbito da tipificação das fontes “nas poucas abordagens sobre as fontes jornalísticas, observa-se uma frágil e desestruturada tipificação, com denominações desconexas, equivocadas, sobrepostas ou incompletas” (S/D: 19).

Schmitz define uma matriz de tipificação de fontes tendo em conta uma análise resumida de vários autores analisados e percebe que “são pessoas, organizações, grupos

sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a factos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, credíveis ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia”.

De facto, as fontes passaram a estar muito presentes no jornalismo e cada vez mais, de forma ostensiva, o que muito se deve ao alto nível de profissionalização das mesmas, o que lhes tem dado poder para participar na esfera pública.

2.1.2 O papel das fontes na notícia

Todos os dias os meios de comunicação seleccionam determinados acontecimentos para formular as suas notícias colocando-as na ordem do dia. A maioria deles atribui o mesmo nível de importância a essas ocorrências e, consequentemente, os media apresentam os mesmos temas, o que se deve ao facto da maioria dos jornalistas terem “uma percepção semelhante da realidade” (Fontcuberta, 1999:45). Neste contexto surge um “espaço de competição” onde os meios de comunicação lutam por conseguir ter mais importância sobre os temas habituais do dia-a-dia. Contudo, a forma como a história é apresentada é sempre diferente e essa diferenciação deve-se muitas das vezes às fontes de informação a que cada jornalista recorre pois existe “um conjunto com diferentes graus de acesso e diferentes níveis de estatuto noticioso” (Santos, 1997:67).

O processo de produção jornalística nem sempre ocorreu assim, durante muito tempo o processo de construção de notícias foi analisado, pela ótica do jornalista e em concordância só com algumas organizações de notícias.

A partir dos anos 70 as fontes começaram a ser introduzidas na área jornalística e a ganhar grande influência neste campo, até porque até chegarem ao espaço público, as notícias passam por um processo produtivo vulnerável. De acordo com Vasco Ribeiro “Existem fontes capazes de moldar o conteúdo das notícias, bloquear ou acelerar a sua

difusão e aumentar ou diminuir o seu impacto público” (Ribeiro, 2009:18)

Leon Sigal foi dos primeiros estudiosos a dar grande importância as fontes nas notícias. Através de um estudo comparativo entre os diários americanos “The Washington Post” e “The New York Times”, o autor percebeu a dependência dos jornalistas em relação às fontes, no que toca ao momento de produção de uma notícia, “as notícias resultam não tanto do que os jornalistas efetivamente pensam, mas da informação que as fontes transmitem” (Sigal, 1973 cit. por Vasco Ribeiro, 2009:20).

De acordo com Leon Sigal (1973, cit. Por Vasco Ribeiro, 2009:18) “os conteúdos das notícias dependem daquilo que as fontes transmitem e do tipo de fontes consultadas (oficiais e não oficiais)”. Quando se trata de fontes oficiais, estas têm uma grande influência naquilo que transmitem, sendo que têm como principal objetivo trazer para o espaço público algo que seja do seu interesse. Neste contexto surge o conceito de Molotch e Lester, já antes referido, de “promotores das notícias”, onde identificam fontes que “procuram transformar determinados acontecimentos em notícias ou, pelo contrário, evitar que certos acontecimentos sejam noticiados. Também Hall refere “definidores primários” como um grupo onde se inserem várias fontes como é o caso de “autores, porta-vozes oficiais do poder, a cujas opiniões os news media dariam preferência” (Hall, 1999, cit. por Vasco Ribeiro, 2009:24).

Para o autor Mar de Fontcuberta “Um meio sem fontes é um meio morto”, por isso todos os meios de comunicação precisam de garantir um vínculo com várias fontes de informação, e neste sentido Fontcuberta faz uma diferenciação entre fontes exclusivas e fontes partilhadas. As fontes exclusivas caracterizam-se por serem portadoras de informação privilegiada e quase inalcançável, já as fontes partilhadas são aquelas que garantem a todos os meios de comunicação “um volume de informação homogêneo, em quantidade e qualidade”, ou seja, referem-se às “agências noticiosas, os gabinetes de imprensa, os comunicados, as conferências de imprensa” (Fontcuberta, 1999:47), ou seja estas são as fontes as quais os jornalistas mais recorrem devido ao seu grau de

credibilidade, são fontes “institucionais”.

Neste contexto, Manuel Chaparro (1998, cit. por Pinto 2000:281) chamou “revolução das fontes”, ao processo que se tinha vindo a desenvolver, ou seja, o processo histórico que levou à sua institucionalização.

Nas últimas décadas as fontes têm sido tema de grande interesse para os processos jornalísticos “foram sendo constituídos campos de saber, instituições diversificadas e uma panóplia de profissionais cuja razão de ser e cujo papel consiste precisamente em posicionarem-se como fontes estrategicamente colocadas na órbita dos media e interessadas em serem desses mesmos media fontes privilegiadas”. (Pinto, 2000:282)

Estas instituições têm como objetivo tirar partido da agenda dos media, usando-a para servir os seus interesses “as fontes organizadas, enquanto promotoras ou porta-vozes de instituições, procuram dar publicidade às matérias que interessam a essas instituições”. (Pinto, 2000:284), acabando assim por influenciar o processo de construção noticioso.

Estas organizações vieram trazer algumas alterações àquilo que até agora tinha sido em conta no processo jornalístico “a instância privilegiada de mediação social que o jornalismo constituía (...) passou a ser disputada, a montante, por fontes organizadas e profissionalizadas que vieram complexificar os processos sociais de recolha e seleção (...) das notícias e, por conseguinte, os processos de construção da própria realidade social”. (Pinto, 2000:282).

As organizações têm um grande peso no fundamento das notícias, e no seu estudo, onde fez uma tipificação de fontes, Gans faz uma distinção entre “conhecidos” referindo-se a “elites políticas, económicas, sociais e culturais” e “desconhecidos” referindo a pessoas anónimas, porém chegou à conclusão que os primeiros são os maiores produtores de notícias, conseguindo produzir quatro vezes mais do que fontes desconhecidas (Gans, 1979, cit. por Vasco Ribeiro, 2009:28). Porém o autor, diz que “às fontes cabe apenas

fazerem-se acessíveis; são os jornalistas que decidem se estas são ou não adequadas” (Gans, 1979, cit. por. Martins, 2014:33).

Ao encontro da perspectiva de Gans, Nelson Traquina dá grande importância ao critério credibilidade das fontes e acredita que fontes oficiais, são fontes com maior capacidade de transmitir informações seguras para o processo de construção noticiosa, ou seja, para Traquina “quanto mais alta é a posição do informador melhor é a fonte de informação” (Traquina, 1993:172, cit. por. Ribeiro, 2009:43). O autor considera que a posição de autoridade é muito relevante pois “as pessoas com mais autoridade, essas que têm contactos regulares com os profissionais do campo jornalístico, permitindo assim provar a sua credibilidade, são favorecidas no processo de produção de notícias” (Traquina, 1993:172, cit. por Ribeiro, 2009:43).

Também Ericson et al. realça a negociação entre fontes e jornalistas durante o processo de produção noticiosa. Os autores acreditam que “as notícias são um processo de transação entre os jornalistas e as suas fontes” (1989:377 cit. por. Ribeiro, 2009:35), por isso as notícias são fruto “da natureza e do tipo de relações socioculturais que se estabelecem entre fontes e jornalistas. Há, portanto, uma construção da realidade que emerge dessa dinâmica” (Ribeiro, 2009: 35).

Neste “jogo de interesses”, o autor Rogério Santos afirma, após um estudo de observação, que as fontes de informação estão sempre em contacto permanente com os jornalistas, de modo a conseguirem colaborar com estes, na produção das notícias. Para Santos “as fontes de informação das distintas instituições (governamentais, empresariais, associativas) traçam, antecipadamente, a ocorrência de acontecimentos, trabalhando-os de forma sistemática e enviando-os para o jornalista, segundo critérios de noticiabilidade adequados” (Santos, 1997:193, cit. por Ribeiro, 2009:46).

Para Michael Schudson “a criação das notícias é sempre uma interação de repórter, diretor, editor, constrangimentos da organização da redação, necessidade de manter os laços com as fontes, os desejos da audiência, as poderosas convenções culturais e literárias dentro das quais os jornalistas frequentemente operam sem as pensar” (Schudson, 1988: 26 cit. por Ribeiro 2009: 42).

Segundo Manuel Chaparro “na hora de escrever, na rotina da produção e dos procedimentos profissionais (os conscientes e os inconscientes), a perspectiva das fontes influencia, inevitavelmente, a decisão jornalística – e quanto mais competentes elas se tornam, mais capazes são de determinar enfoques, relevâncias e até títulos, na narração jornalística” (Chaparro, 2001: 43, cit. por Martins, 2014:34), enaltecendo assim o fator confiança na relação fontes e jornalista.

De acordo com muitos autores, as fontes são um elemento fulcral no processo de construção noticiosa e como tal, cabe ao jornalista atribuir às suas notícias, as fontes a que recorreu para a elaboração do seu trabalho. Este hábito, faz com que a notícia apresentada pelo jornalista se torne mais credível aos olhos de quem a vê. As fontes têm grande influência e importância na área jornalística, por isso é imprescindível, que os jornalistas possuam uma excelente rede contactos de fontes e que criem boas relações de confiança com elas.

Os melhores jornalistas são aqueles “que têm contacto com as melhores fontes, o que explica o facto de que os mais requisitados e (por vezes) melhores profissionais do ramo serem aqueles que possuem uma boa carteira de fontes num determinado contexto espacial e temporal.” (Matos, 2010:38 cit. por Martins,2014:34-35).

Neste contexto, do processo de produção noticiosa, a fonte desempenha um papel muito importante que tem vindo a ganhar destaque e posição ao longo dos anos, sobretudo devido à relação com o jornalista. Neste caso estamos perante dois eixos (fontes e jornalistas) que apesar de terem objetivos divergentes, têm de trabalhar em conjunto, mantendo sempre uma relação. É esta relação que vai ser estudada e desenvolvida no

ponto seguinte.

2.1.3 O jornalista e as fontes

No seu campo de trabalho o jornalista encontra, como qualquer profissional em qualquer área, vários obstáculos. Neste caso nem sempre é fácil construir notícias, tendo por base factos que muitas das vezes não são presenciados pelo próprio. Como já vimos, nestes casos, o jornalista recorre às fontes, porém nem sempre o contacto com estas é tão simples como seria de desejar, sendo que todos estes agentes acabam por ver-se envolvidos numa lógica de interesses motivada por razões múltiplas.

Na perspetiva de Pierre Bourdieu o campo jornalístico é um meio que está sob pressão do campo económico, por intermédio do índice de audiência, “o campo jornalístico está permanentemente sujeito à prova dos veredictos do mercado, através da sanção, direta, ou da clientela ou, indireta, do índice de audiência” (Bourdieu,1997:106). Para Bourdieu, as notícias são tidas como bens altamente perecíveis, pois o que impera é a concorrência entre os meios de comunicação, uma vez que por um lado, há a pressão das leis do mercado (censura económica), mas como efeito disso, há uma auto censura (censura do próprio jornalismo), onde os jornalistas ao lerem o que os outros escrevem, percebem que possuem, muitas vezes, visões do mundo parecidas. Desta lógica resulta uma produção fundamentalmente homogénea, sem qualquer diversidade. Percebe-se então que as relações entre jornalistas não são apenas de concorrência, mas também de convivência, “É assim que, nesse domínio como em outros, a concorrência, longe de ser automaticamente geradora de originalidade e de diversidade, tende muitas vezes a favorecer a uniformidade da oferta, da qual podemos nos facilmente convencer comparando os conteúdos dos grandes semanários ou das emissoras de rádio ou de televisão com vasta audiência” (Bourdieu, 1997:108).

Partindo deste conceito, Schlesinger fomenta o conceito de campo estruturado

percecionando-o como um local onde há lutas e diversas interpretações por parte dos jornalistas, porém acredita que também as fontes são importantes e participam no processo de produção de notícias, uma vez que “A informação que origina a notícia aparece ancorada em afirmações e tomadas de posições das vozes e fontes de informação, que as relatam direta ou indiretamente aos jornalistas” (Schlesinger, 1994, cit. por Santos, 2003:38). Para Schlesinger, o campo estruturado é onde jornalistas e fontes de informação cooperam, mas ao mesmo tempo concorrem entre si, “interação e confronto entre duas estruturas baseadas em conjuntos particulares de relações individuais- fontes de informação e jornalistas “(Schlesinger cit. por Santos, 2006:22).

Desta forma Santos reformula os conceitos analisados anteriormente e desenvolve o conceito de campo de notícia (Santos, 2003:19). Este conceito constrói-se através de um cenário de campo de luta disputado através da negociação, entre as fontes e os jornalistas “é um espaço de relações sociais em torno de um desafio com ganhos e perdas por parte dos agentes intervenientes”. Tal como Santos, para Pinto as relações de tensão ou conflito entre fontes jornalísticas e profissionais do jornalismo, no campo de notícias são inevitáveis e “não podem ser entendidas como lutas entre bons e maus, mas entre lógicas de ação social autónomas e distintas e, em qualquer caso, legítimas.” (Pinto, 2000:283)

As relações entre estes agentes baseiam-se sobretudo numa interdependência, onde existem interesses mútuos em ambos os lados, mas que têm finalidades diferentes. Segundo Pinto, as fontes têm como principais objetivos: a visibilidade e atenção dos media; a marcação da agenda pública e a imposição de certos temas como foco da atenção coletiva; a angariação de apoio ou adesão a ideias ou produtos e serviços; a prevenção ou reparação de prejuízos ou malefícios; a neutralização de interesses de concorrentes ou adversários; a criação de uma imagem pública positiva. Por sua vez os jornalistas buscam: a obtenção de informação inédita; a confirmação ou desmentido para informações obtidas noutras fontes; a dissipação de dúvidas e desenvolvimento de matérias; o lançamento de ideias e debates; o fornecimento de avaliações e recomendações de peritos; a atribuição de credibilidade e de legitimidade a informações diretamente recolhidas pelo repórter

(Pinto, 2000:280).

Apesar de fontes e jornalistas estarem muitas vezes, como foi analisado, em lados opostos da moeda, a sua relação de dependência não deixa que caminhem em separado. Um dos fatores mais importantes para que esta relação seja facilitada, é a confiança entre partes. Porém, ao jornalista, recai sempre o peso de avaliar a credibilidade da fonte, sendo que ao longo do tempo de carreira, o profissional começa a perceber quais as fontes nas quais pode confiar, “as fontes são património não do órgão de informação mas do próprio jornalista, património esse construído ao longo do tempo, num quadro marcado por uma história mais ou menos prolongada de contactos, de interconhecimento, de mútua observação, em suma, se confiança” (Pinto, 2000:286). A maior parte das vezes é o jornalista que procura a fonte para conseguir assim cumprir o seu papel, mas muitas das vezes também a fonte vai ao encontro do jornalista, e quando isto acontece é porque há uma relação de confiança em que ambos acreditam. De acordo com Vanda Balieiro, chefe de redação do Porto Canal este tipo de fontes costuma contactar os jornalistas não só pela confiança estabelecida, mas também por uma questão de interesse, isto porque “quando é algo do interesse deste tipo de instituição, estes não hesitam em contactar os jornalistas e fazer até alguma pressão para que certas coisas sejam noticiadas” (anexo 1). Assim, e de acordo com a jornalista Maria Flor Pedroso “A relação com a fonte tem de ser profissional (...) Essa relação passa, por três substantivos: a confiança, a credibilidade e a reciprocidade.” (1998:120).

Contudo este contacto entre jornalistas e fontes não se alimenta apenas por confiança, também é importante analisar o peso da informação fornecida pelas fontes. Para Traquina (2004) esta relação deve ser enaltecida com quatro características que as fontes devem possuir para que mais facilmente consigam entrar na agenda-setting dos jornalistas: capital económico; institucionalização da fonte; autoridade e credibilidade das fontes; estratégias de comunicação. Normalmente os jornalistas têm uma tendência a procurar e a aceitar melhor as fontes oficiais devido ao seu reconhecimento institucional

que dá uma garantia ao que posteriormente vai ser passado pelo jornalista na notícia que irá construir. Segundo Darde, “As fontes oficiais por representarem instituições de poder e exercerem também certo controle e responsabilidades são as primeiras a serem procuradas pelos jornalistas” (Darde, 2014:84).

Porém, de acordo com Santos nem sempre estas fontes dão respostas tão rápidas, ou as pretendidas, como, por vezes, os jornalistas necessitam para a execução do seu trabalho, “porque há que ponderar a altura certa para divulgar a resposta, (...) porque não se tem a certeza total da eficácia da informação e se espera que outros agentes se pronunciem sobre o assunto, (...) porque à fonte oficial nem todos os jornalistas ou meios noticiosos interessam” (Santos, 2003:43). É por isso que quando questionada sobre se as fontes oficiais são ou não um ponto de ajuda no trabalho do jornalista, Vanda Balieiro explica que “depende das situações. Há casos em que nos facilitam e em que é do interesse deles facilitar”. Alexandra Costa Martins vai ao encontro do que é dito por Vanda Balieiro, afirmando que nem sempre é fácil de lidar com este tipo de fontes e que dependente dos assuntos em questão pode ter dificuldade de acesso às informações necessárias ao seu trabalho, “quando este tipo de fontes percebe que estamos a subir um degrau que eles não querem, não ajudam e tentam resguardar-se” (anexo 2).

Neste sentido, abrem-se portas para as fontes não oficiais, que normalmente tendem a ter pouco espaço no campo público. A visibilidade e a constante necessidade de consumir notícias por parte do público, têm ajudado as fontes não oficiais a aumentarem a sua margem de manobra e a, conseqüentemente, estabelecerem uma relação mais próxima com os jornalistas: “os jornalistas necessitam de outras fontes, que fornecem ângulos diferentes às estórias e levam à construção de notícias escandalosas e dramáticas” (Santos, 2003:45). Nesta ótica, segundo o jornalista Vítor Serpa (1998:96) está a começar a criar-se um “jornalismo de competição”, que cada vez menos se cerca das “regras de segurança” essenciais para a elaboração de notícias credíveis, motivado por um público fervoroso de informação que cada vez mais aceita tudo aquilo que lhes é transmitido nos media sem sequer questionar a origem do que estão a ler, a ver ou a ouvir. “A informação torna-se um produto partilhado pela fonte, pelo transmissor e pelo recetor. Daí que a informação possa ser tanto mais credível quantas mais fontes a confirmarem e, sobretudo,

quanto mais qualificadas sejam essas fontes”.

Para Manuel Pinto existem outros problemas que surgem tanto da atividade jornalística como da atividade das fontes, e também na sua relação. O autor notou “as fugas de informação, o recurso às fontes anónimas ou aos disfarces para obtenção de informação; a instituição e prática do *off the record* e do embargo; o recurso aos rumores e boatos; a realização e mediatização das sondagens; o direito dos jornalistas à proteção das suas fontes de informação; as implicações da informação-espetáculo, dos pseudo-eventos e do recurso cada vez mais frequente ao direto em rádio e televisão,” como alguns desses problemas (Pinto, 2000:279).

Em concordância com Pinto, também o jornalista Rui Cartaxana aponta como um dos problemas das relações entre fontes e jornalistas, a questão de haver fontes anónimas, que tentam muitas vezes na sua camuflagem, a manipulação de factos noticiosos, através do jornalista, “todas as notícias devem, em princípio revelar a sua origem e serei sempre contra as tais “fontes autorizadas” ou “fontes próximas”, que escondem muitas vezes (os tais) acordos de “of the record” (1998:107). Para o jornalista Jacinto Godinho “O sigilo das fontes esconde por vezes um tráfico de conspirações medroso e mesquinho” (1998:114)

De acordo com Mar de Fontcuberta, “um jornalista deve citar sempre as suas fontes”, e por isso considera que a “atribuição” é a única forma dos jornalistas revelarem que a sua informação tem origem numa determinada fonte. Segundo o autor “a atribuição confere mais veracidade à notícia, pois o público vê-a como garantia de fidelidade aos factos”, e por isso faz uma distinção de quatro tipos de “atribuição”, sendo elas a atribuição direta “quando o meio de comunicação identifica a fonte”; atribuição com reserva “não se identifica explicitamente a fonte, mas ela é situada num contexto e pode citar-se as suas informações”; atribuição com reserva obrigatória, ou seja, “o meio não menciona a fonte e relata as informações como se fossem suas”; atribuição com reserva total, também conhecidas como *off the record*, é quando “a notícia não se pode publicar nem atribuir” (Fontcuberta, 1999:48)

Para a maioria dos autores, as informações provenientes das fontes devem ser identificadas, mas, por vezes, os agentes tentam controlar a notícia em termos do que deve ser revelado e do que deve permanecer em segredo. Contudo, existem exceções quando se trata de uma fonte anónima, pois cabe ao jornalista manter o sigilo da fonte, sendo que apenas o deve fazer se essa mesma fonte tentar passar informações falsas. “O jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes. O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, exceto se o tentarem usar para canalizar informações falsas. As opiniões devem ser sempre atribuídas” (art.º 6 do Código Deontológico dos Jornalistas de 4 de maio de 1991).

O contacto do jornalista com a fonte passa também pela confirmação das informações que cheguem até si, nunca as divulgando em caso destas serem fruto de testemunhos que causem dúvida da sua autenticidade, tal como diz Pinto “O poder e a responsabilidade do jornalismo nos planos político e sociocultural decorrem, em grande medida, precisamente desta faculdade de definir linha de atuação que implicam necessariamente, em qualquer circunstância, incluir e excluir, atribuir importância, dar a ver e a conhecer” (Pinto, 2000:287)

Da relação entre jornalistas e fontes percebe-se que esta é essencialmente alimentada por confiança entre ambas as partes, sendo alcançada de forma gradual. O mais desafiante desta relação para um jornalista, é ter a capacidade de elaborar uma rede de contactos e depois mantê-la firme ao longo dos anos de experiência de trabalho. Este contacto é essencial durante a construção do processo noticioso em qualquer órgão de comunicação social e por isso é considerado cada vez mais um ponto chave do trabalho jornalístico, tal como infere Alexandra Costa Martins, “considero que era praticamente impossível fazer o meu trabalho de jornalista sem o acesso às fontes de informação”.

2.2 O jornalismo de proximidade

São muitas as funções atribuídas aos meios de comunicação social, porém as tradicionalmente apontadas são: informar, formar e distrair (Fontcuberta, 1999). Contudo a estas três funções clássicas, a autora acrescentou a tematização, ou seja, o processo através do qual os meios de comunicação selecionam um tema e o trazem para conhecimento da opinião pública. Este mecanismo só é possível ser criado através da agenda dos media que acaba por definir a linha de abordagem de cada meio de comunicação, podendo definir assim uma especialização numa área jornalística, tornando os media os principais motores da circulação de conhecimentos, uma vez que “todos y cada uno de los recursos especializados reseñados se desarrollan a partir de un denominador común, la temática (...) clave a su vez del Periodismo Especializado” (Curiel, 2011:163)

De facto o jornalismo é uma área muito vasta, sendo que é possível debruçar-se sobre os mais variados assuntos ou, até, especializar-se tematicamente por géneros, como é o caso do jornalismo de proximidade, onde nitidamente está implícita a ideia de que deve existir nos conteúdos noticiosos, uma matéria ou temática na qual o público-alvo da informação alcance uma estreita relação e partilha de interesses com o que é transmitido, ou seja “O público deve familiarizar-se com a matéria desenvolvida, da mesma forma que a pertinência da notícia deve justificar-se exatamente pela importância que a notícia tem para a audiência para a qual é produzida” (Almeida, 2013:24)

Falar em jornalismo de proximidade leva até aos conceitos de jornalismo regional e jornalismo local e aqui nem sempre há um consenso, uma vez que ao consultarmos o Estatuto do Jornalista não é possível encontrar uma distinção clara destes dois conceitos o que causa alguma dúvida. (Jerónimo, 2015:127).

A verdade é que apesar de Portugal ser um país de governo central e não existir regionalização, sempre que se quer identificar a imprensa que não é de cariz nacional,

utiliza-se as expressões “regional” e “local” e quando se trata de publicações produzidas neste contexto, Pedro Jerónimo considera que estas “apresentam sobretudo conteúdos de âmbito político e social, geograficamente localizados no município onde as publicações estão sedeadas” (Jerónimo, 2015:121).

Ainda assim, de acordo com o autor Luís Vigário, é muito fácil misturar os conceitos de jornalismo local e jornalismo regional, pois aparentemente eles são muito semelhantes, porém, dentro de si, encontram-se grandes diferenças (Vigário, 2016:15). Tendo em conta a ótica de jornalismo televisivo, Francisco Vacas encontra três características que permitem perceber melhor as diferenças entre os dois tipos de jornalismo, sendo elas a “área de difusão, propriedade e origem” (1999, cit. por Vigário, 2016:15). A nível da área de difusão, as televisões locais destinam-se, sobretudo, “à difusão no município correspondente à cadeia de televisão, por sua vez, as regionais têm uma maior difusão, ficando num ponto intermédio entre o nacional e o local” (Dias, 2012:9, cit. Por Vigário, 2014:15). No que diz respeito à propriedade, Vacas (1999, cit. por Vigário, 2016:15) diz que “ambas podem ser públicas ou privadas, ainda que o setor público seja o motor da maior parte das regionais”. Por fim, tendo em conta a origem, as televisões regionais surgem em grande maioria através de movimentos de descentralização de grandes canais, já no que toca às televisões locais, estas nascem junto da área em que irão ser difundidas.

Apesar das diferenças encontradas pelos autores, anteriormente, é importante perceber que há algo que é comum a todos os meios de comunicação deste género: a proximidade, tal como é apresentado por Maryline Almeida ”O conceito de proximidade pode ser explorado a partir de diferentes perspetivas, mas, quando se trata dos media locais e regionais, ele refere-se precisamente aos laços originados pela familiaridade e pela singularidade de uma determinada região” (Almeida, 2013:25).

Para Ferreira (2005:73) não há diferenças entre regional e local e o jornalismo de proximidade é tido como “A imprensa que tem, ou deve ter, como objetivo primeiro a recolha, tratamento e divulgação de factos noticiosos que ocorrem na sua área de

implantação”, referindo-se ao meio onde o órgão está inserido. Neste contexto, o autor, apresenta alguns fatores que devem ser tidos em conta quando se trata de um meio local ou regional. Um dos principais elementos é o elo de ligação que se deve criar entre o meio de comunicação em questão e o público; também o conteúdo é relevante pois reduz a incerteza daquilo que é transmitido, uma vez que o dever de um órgão local é informar de forma mais pormenorizada aquilo que acontece na região e muitas das vezes não é transmitido a nível nacional por limitações de agenda.

Camponez (2002:174) estabelece-se por intermédio da mesma linha de pensamento que Ferreira ao assumir que os meios de comunicação de proximidade dizem respeito a tudo aquilo que é informação considerada local e regional, uma vez que há uma conexão entre os conceitos de “localização territorial e territorialização dos conteúdos”. O autor vai mais longe e acredita que os media locais comprometem-se com a região e com as pessoas que nesse local habitam, defendendo que a imprensa regional tem “um carácter eminentemente territorial”, afirmando que essa linha não deve ser nunca quebrada, realçando a importância da “proximidade entre jornalista e o público, numa espécie de compromisso mútuo”. Para o autor, existem ainda outros níveis de demarcação entre o jornalismo e o jornalismo de proximidade, como é o caso da proximidade geográfica, a proximidade social que diz respeito às temáticas relacionadas com a família, a profissão, a classe social, a religião, a ideologia ou a política e a proximidade psico-afetiva que integra valores como o sexo, a vida e a morte ou a segurança.

Neste contexto, Camponez demarca o jornalismo de proximidade como uma componente necessária na vida das cidades, acreditando que “a proximidade tem a ver com as realidades sociais que nos rodeiam”, e que este género de jornalismo pode ajudar na melhor compreensão e estabelecimento de contactos entre instituições ou grupos locais.

Neste sentido o jornalismo de proximidade é tido como um promotor da comunidade onde atua, tendo agregadas a si, funções no âmbito da região onde se insere, podendo até ser considerado como intermediário das relações em comunidade, pois

normalmente trata de temas diretamente relacionados com o público. Assim Maryline Almeida infere que a função do jornalismo de proximidade é “a denúncia, com conhecimento de causa, dos problemas que afetam a comunidade, mas também preocupar-se em perceber de que lado estão as possíveis soluções, envolver-se no esforço coletivo de promover o debate e a discussão racionais com vista à procura de soluções para esses problemas” (Almeida, 2013:31). De acordo com esta ótica, o jornalista acaba por vestir a “capa” de cidadão e envolver-se de forma mais minuciosa nestes assuntos, tal como refere Camponéz, o “jornalista-assistente do cidadão” deve ter “o lugar imprescindível enquanto elemento no processo de tomada de decisão e enquanto instrumento essencial da democracia.” (2002:151). Ao contrário do que acontece nos grandes meios de comunicação social, o papel destes media mais pequenos é tornar de conhecimento público todas as decisões, reivindicações e factos do interesse da comunidade em questão, a título de exemplo “uma estrada que vai estar temporariamente condicionada para obras, a junta de freguesia que alterou o seu horário de funcionamento ou o centro de saúde que tem um novo médico ao serviço (...) acontecimentos com impacto no dia a dia das populações, de interesse primeiramente local” (Jerónimo, 2015:132).

Os meios de comunicação de proximidade têm vindo a ganhar grande importância, pois são cada vez mais, vistos como meios de alcance de desenvolvimento das regiões, favorecendo assim toda a sua comunicação com o resto do mundo. Para o autor Pedro Coelho, o peso destes meios é tanto que reforça “só a comunicação permite a sobrevivência e progressão de uma região” (Coelho, 2005 cit por. Almeida 2013:33).

Essa progressão e desenvolvimento dos meios de comunicação social de proximidade a que temos vindo a assistir, é sensivelmente recente e tem sido feita através de vários meios como a imprensa, a rádio, a televisão e, cada vez mais, através do online, como refere Pedro Jerónimo as “publicações locais e regionais, observa-se que a maioria surgiu a partir do ano de 2001” (Jerónimo, 2015:134)

No caso da televisão, o jornalismo de proximidade tem-se vindo a afirmar há alguns

anos, e tem hoje em dia são alguns dos canais de destaque na área, como é o caso do Porto Canal, fundado em 2006, e que dá conta, em grande parte, de toda a informação da região norte. Tal como diz Coelho “a televisão de proximidade, enquanto elo de ligação entre os elementos de determinada comunidade, enquanto montra dessa comunidade para dentro e para fora das suas fronteiras, enquanto instrumento de fortalecimento da identidade, enquanto potenciador da atividade económica local, enquanto palco da discussão e debate dos problemas que afetam o território, tendo em vista encontrar soluções que potenciem o seu desenvolvimento, pode ser um dos motores de progresso.” (Coelho, 2005:204, cit. por Almeida, 2013:35).

É por isso tão importante para os meios de comunicação de proximidade terem a capacidade de organizar as suas agendas de acordo com as temáticas que mais interessam e que vão ao encontro da sua missão, ou seja, tendo em conta o critérios de noticiabilidade dos meios regionais, o critério primordial na escolha das temáticas que irão ser apresentadas em espaço público é, claramente, o da proximidade.

Os critérios de noticiabilidade são delineados por cada órgão de comunicação social, e segundo Wolf, eles representam um “conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias.” (2006:190, cit. por Almeida, 2013:41), sendo que os meios de comunicação acabam por criar rotinas de produção noticiosa que acabam por ir ao encontro dos seus princípios.

Neste sentido os meios de comunicação de proximidade tendem a ter os seus critérios de seleção e organização da informação que recebem, que são também conhecidos como “valores-notícia”, ou seja, “as qualidades que reúne o acontecimento” e se condicionam pela “natureza do medium, os avanços tecnológicos, a disponibilidade financeira, a política editorial, o formato e o público-alvo” (Lopes, 1999:116).

Apesar disto todos os meios de comunicação, de uma forma geral, optam por formas de seleção de informação diferentes, sendo que no caso do jornalismo de proximidade,

um critério muito importante no dia-a-dia das redações é a proximidade geográfica dos acontecimentos. Para além deste critério fulcral, a autora Maryline Almeida (2013:43) destaca ainda como “aspetos óbvios” de seleção de notícias em jornalismo de proximidade “a proximidade do acontecimento com o público a que se destina”; “o sistema de valores da sociedade onde a informação é produzida (...) uma vez que falamos de informação produzida para um público específico, com determinadas características e particularidades culturais”; a questão da duração e formato dos jornais televisivos, um dos aspetos que continua a diferenciá-los dos canais generalistas nacionais existentes; isto porque, geralmente o tempo de duração dos jornais televisivos regionais é inferior.”

Assim percebe-se que os meios de comunicação social de proximidade acabam por estar um pouco limitados nas suas temáticas, dando preferência a assuntos capazes de produzir conteúdos noticiosos que tenham maior relevância em relação à região, tal como é definido no Estatuto da Imprensa Regional, que encarga os media regionais de “Promover a informação respeitante às diversas regiões, como parte integrante da informação nacional, nas suas múltiplas facetas; (...) Favorecer uma visão da problemática regional, integrada no todo nacional e internacional.” (art 2º, decreto de Lei nº106/88).

Porém, e apesar, de os meios de comunicação de proximidade darem maior ênfase a assuntos locais, muitos deles também integram nas suas publicações, assuntos de cariz nacional e internacional, como é feito pelo Porto Canal no seu bloco informativo “Jornal Diário”. A tendência é para assuntos da região norte, contudo há também espaço para assuntos de outra ordem como é o caso da economia ou política nacional, o que faz com que a informação passada para o público, seja mais heterogênea, tornando assim o vínculo de comunicação mais completo.

Uma forma de trazer estas notícias para o espaço público de proximidade é adaptando-as, ou seja, dar uma abordagem diferente aos assuntos a nível nacional ou internacional, de modo a trazer proximidade ao que se passa na região ou quais as suas

consequências para a comunidade. Um exemplo disto são as medidas propostas pelo Governo que possam vir a afetar as autarquias ou empresas da região. Normalmente quando são lançadas notícias deste tipo nos meios de comunicação de proximidade é comum encontrar o tratamento desta notícia através de exemplos específicos que ocorrem na região. Este método pode passar pela procura de um parecer da autarquia local, ou ir ao encontro da opinião de uma ou mais empresas da região que se encontram sob efeitos dessa medida implementada pelo Governo. Durante o período de estágio no Porto Canal, foram muitas as notícias de cariz nacional que receberam este tipo de tratamento, como foi o caso da greve dos taxistas em setembro de 2018, devido à nova lei que passou a regulamentar as plataformas eletrónicas (Uber, Taxify, Cabify e Chaffeur Privé) que operam em Portugal. Apesar desta medida ter sido tomada a nível nacional, acabou por afetar a comunidade na região norte do país, por isso os jornalistas do Porto Canal foram ao encontro de alguns taxistas portuenses e entidades representativas dos trabalhadores da região, para tentar perceber quais as principais consequências desta nova medida para a região norte.

Através desta forma “adaptada” de apresentar as notícias, acaba por ser mais fácil para o público perceber o fundamento da notícias e relacionar-se com o que está a ser transmitido, “Sobretudo se pensamos em regiões mais isoladas do interior, em que, quer seja pelo índice de população mais envelhecida, ou por índices mais baixos de literacia e escolaridade, a interpretação de determinada notícia nomeadamente relacionada com política ou economia pode tornar-se de difícil compreensão.” (Almeida, 2013:45). Desta forma, o público dá mais atenção a notícia pelo facto de se envolver diretamente no assunto e ter conhecimento das empresas ou das entidades que lhes estão mais próximas, uma vez que a informação é passada por estas de uma forma mais simplificada.

Mas quem são estas entidades que transmitem informações aos meios de comunicação de proximidade? Como já vimos anteriormente, todo o processo de construção noticioso carece de fontes, mas quais serão as principais fontes usadas no jornalismo de proximidade? É o que vamos ver a seguir.

2.2.1 As principais fontes usadas no jornalismo de proximidade

Tal como já foi referido anteriormente, os princípios base do jornalismo de proximidade, vão ao encontro dos mesmos que os dos outros géneros de jornalismo, por isso algumas das principais preocupações nesta área passam pela imparcialidade e objetividade do trabalho jornalístico, que deve ser transversal a todos os meios de comunicação social.

Nos meios de comunicação de proximidade estes valores são também basilares e por isso mesmo, a maior parte das vezes, os jornalistas acabam por dar voz às fontes de informação que são mais credíveis no meio jornalístico, como por exemplo as fontes públicas, associadas a órgãos institucionais, em vez de dar voz ao cidadão comum, que muitas das vezes está envolvido diretamente no acontecimento, e pode dar um testemunho mais minucioso. Alexandra Costa Martins, jornalista do Porto Canal, explica que o tipo de fonte pública é muitas vezes tido em conta porque “acabam por trazer notícias muito relevantes e fidedignas, por isso contamos tantas vezes com elas no decorrer do nosso trabalho” (anexo 2).

De acordo com Carla Martins (2014), todos os autores que têm feito estudos sobre fontes de informação nos media regionais, destacam as dificuldades que os jornalistas têm devido à maior proximidade com algumas fontes e os problemas que daí advêm.

Um exemplo disso é a proximidade e a influência que algumas elites locais podem exercer na comunidade local, o que pode fazer com que o jornalista desempenhe muitas das vezes, apenas o papel de mediador entre aquilo que é o acontecimento e o público, sendo que nestes casos o jornalista não tem a possibilidade de analisar os dados do seu ponto de vista, ou até mesmo não chegar a ouvir outras fontes de informação que poderiam ser relevantes para o assunto. É por isso que os media regionais têm o grande dilema de gerir da melhor forma possível esta proximidade entre os jornalistas e as suas fontes noticiosas, que muitas das vezes são autarquias ou até empresas com grande influência local, para que os critérios de notícia não sejam manchados, uma vez que desta

relação se criam algumas dependências. No seu estudo, Cristina F. Vilaça confirma esta tendência “em relação aos comunicados enviados pela autarquia de Braga para toda a imprensa, apenas a regional os publica ou faz respetivo tratamento noticioso” (Vilaça, 2008 cit. por Jerónimo, 2015:158).

De acordo com Vítor Amaral “está em jogo (...), a capacidade dos jornalistas e das empresas, onde o seu trabalho tem projeção pública, conseguirem equilibrar o pacto de proximidade com o desenvolvimento da região (não caindo em trincheiras bairristas de causas cegas) sem deixarem de assumir as suas responsabilidades éticas e sociais” (Amaral, 2009 cit. por Martins, 2014:44). A verdade é que nenhum órgão sobrevive sem as suas fontes de informação, pois é praticamente impossível sem elas construir notícias, porém é essencial que essas fontes sejam credíveis e não se sobreponham ao trabalho que é realizado pelo jornalista. É neste sentido que Gans identifica um conjunto de fatores que privilegia a supremacia de algumas das fontes sobre outras: “incentivos; poder das fontes; capacidade de fornecer informações credíveis; e proximidade social e geográfica relativamente aos jornalistas” (Gans, 1979, cit. por Vasco Ribeiro, 2009:28).

Um outro aspeto importante é a variedade e pluralidade das fontes de informação utilizadas pelos profissionais de jornalismo de proximidade. Devido ao facto do jornalista se encontrar num espaço geográfico mais restrito, o âmbito de atuação e de acesso à informação acaba por ser também mais reduzido, sendo que há menos acontecimentos para noticiar e muitas das vezes é necessário ir em busca de ocorrências. Durante este processo de busca por informação é essencial recorrer à base de contactos do meio de comunicação, tentando assim alcançar factos noticiáveis com importância e em primeira mão. Esta é uma prática muito executada no Porto Canal, meio de comunicação a ser analisado neste relatório de estágio, sobretudo durante as rondas telefónicas para algumas entidades oficiais locais da sua confiança. Este processo acaba por a cultivar uma relação de confiança mais facilmente desenvolvida num meio jornalístico mais pequeno, onde para as fontes de informação é mais fácil fornecer informações cruciais para as notícias, até porque os órgãos de comunicação social não dependem apenas de autarquias ou gabinetes de comunicação; eles dependem também de grandes órgãos de governamentais

e aqui surge uma grande dificuldade desta relação pois “estes demonstram mais disponibilidade e celeridade para com os jornalistas dos media considerados nacionais, do que para os dos regionais” (Jerónimo, 2015:160).

Como já foi referido anteriormente, são os muitos os autores que investigam sobre quais as fontes de informação usadas pelos meios de comunicação de proximidade, e chegam sempre a conclusões parecidas: a maior parte dos media de proximidade, dá prioridade às fontes institucionais.

Mário Matos vem corroborar esta ideia, uma vez que na sua investigação, no âmbito da sua tese de mestrado, teve como objeto de estudo os jornais “Correio da Feira” e “Região Bairradina”, onde percebeu que há um elevado número de fontes oficiais nas suas notícias. Esta situação é sobretudo nítida no jornal “Região Bairradina” onde as fontes institucionais correspondem a (82%), sendo que apenas (18%) correspondem a fontes relativas ao cidadão comum. Na mesma forma, esta situação também se verifica no jornal “Correio da Feira” uma vez que as fontes institucionais correspondem a (67.1%), e as fontes não oficiais, ou seja, de cidadão comum a apenas (32.9%) (Matos, 2010:73).

Um outro caso, e na mesma linha de pensamento, é o de Vítor Amaral que realizou um estudo para defesa da sua tese de mestrado, que teve como principal objeto de estudo três jornais regionais: “Terras da Beira”, “Nova Guarda” e “O Interior”. Neste estudo Amaral conseguiu concluir que os jornalistas dão grande importância a assuntos relacionados com a “«política convencional», utilizando sobretudo fontes oficiais, veiculando desta forma as ideias das elites e instituições burocratizadas que aquelas representam.” (Amaral, 2006 cit. Por Martins, 2014:45-46). Na sua investigação o autor apurou, com o auxílio de jornalistas que trabalhavam nos jornais em questão, que a utilização de várias fontes institucionais se deve ao facto de estas darem mais credibilidade às notícias.

Carla Martins realizou também uma investigação no sentido de perceber quais os tipos de fontes usadas nos meios de comunicação locais, tendo como referência o Porto

Canal e as notícias apresentadas no bloco informativo “Jornal Diário”. Em 260 reportagens realizadas, a autora conseguiu encontrar 500 fontes e no que diz respeito às fontes de informação na sua origem, descobriu que 256 são de origem privada, ou seja, de entidades ligadas ao poder, e 244 são de origem pública, o que significa que são provenientes da voz do cidadão. Neste aspeto, e ao contrário dos estudos anteriormente analisados, há um grande equilíbrio entre os dois tipos de fontes, que é justificado por Vanda Balieiro, chefe de redação do Porto Canal, pelo facto do canal fazer notícias para o público, sendo que “interessa sempre ouvir as pessoas, aquilo que elas têm a dizer” (Martins, 2014:54).

Num estudo desenvolvido no Laboratório de Comunicação e Conteúdos Online (Labcom), na Universidade da Beira Interior (2013), analisaram-se os tipos de fontes que dominam alguns meios de comunicação de proximidade, sendo eles oito jornais regionais: “Grande Porto”, “Jornal da Bairrada”, “Jornal do Centro”, “Diário As Beiras”, “O Ribatejo”, “Região de Leiria”, “Jornal do Fundão” e “O Algarve”. O estudo tinha como objetivo verificar o tipo de fontes que dominam o espaço informativo regional e de que forma estas marcam a agenda dos jornais. De acordo com as conclusões deste estudo a tendência tem sido a que estes órgãos deem preferência a fontes não oficiais, contudo estas resultam de instituições originárias da sociedade civil e não de depoimentos diretos de cidadãos. Com base num inquérito os jornalistas indicaram que usam mais frequentemente as fontes não oficiais (68%), em detrimento das fontes oficiais, o que surpreendeu os autores deste estudo, uma vez que os resultados fogem à tendência “estes dados são realmente interessantes, uma vez que seria de esperar que as fontes fossem sobretudo oficiais (...) na imprensa regional, este predomínio das fontes oficiais é mesmo frequentemente considerado mais comum, uma vez que os jornalistas estão mais próximos das instituições.” (Morais & Sousa, 2013:199).

Depois da análise a estes quatro estudos realizados, sobre qual a origem das fontes nos órgãos de comunicação de proximidade, percebe-se que a predominância é sobre as fontes oficiais. Mas a que se deve esta tendência? De acordo com Silvana Damaso, os jornalistas dão preferência a este tipo de fontes pois estas acarretam mais credibilidade,

pois “as fontes oficiais por representarem instituições de poder e exercerem também certo controle e responsabilidade são as primeiras a serem procuradas pelos jornalistas, ficando em segundo plano os representados, os que não têm a influência de uma autoridade e os que não possuem um cargo representativo” (Damaso, 2002 cit. Por Martins 2014:46, 2002:s/p).

Também as motivações de cariz económico podem ser dadas como explicações para o aumento do uso das fontes oficiais por parte dos jornalistas, tal como é afirmado por alguns diretores de jornais regionais, como é o caso de Pedro Costa, diretor do jornal “Diário As Beiras” que explica a existência de uma “agenda de eventos, de acontecimentos, de debates e discussões (...) dos decisores políticos, públicos, das instituições públicas, que obviamente os jornais cumprem”. Esta tem sido uma tendência sobretudo em tempos de crise, tal como diz Rogério Gomes, diretor do jornal “Grande Porto”, “a dependência económica da publicidade ou dos editais das Câmaras e autarquias, implica um relacionamento que às vezes não é fácil”. (Moraes & Sousa, 2013:200).

Em conclusão, nos meios locais, as relações entre jornalistas e fontes de informação devem ser mantidas de modo a que o fator proximidade não influencie os critérios de noticiabilidade, e desta forma, nenhum dos princípios base do jornalismo seja desrespeitado.

Depois desta análise a alguns de estudos de diversos autores percebe-se que as fontes oficiais são predominantes no processo de produção noticiosa, sobretudo no campo político, e as não oficiais dominam na produção de pequenas notícias, consideradas breves.

As fontes oficiais são as mais requisitadas pelos profissionais de jornalismo pois são consideradas com grande peso para a credibilidade noticiosa, devido a posição económica, política ou social relevante que ocupam. Por outro lado, o uso frequente o de fontes oficiais pode acabar por reduzir o princípio de pluralidade jornalística, contribuindo assim para a diminuição da busca autónoma do jornalista na conceção da

sua agenda uma vez que “às redações chegam cada vez mais comunicados, o que resulta numa maior fixação dos jornalistas à secretária” (Jerónimo, 2015:161).

Capítulo 3- As fontes no “Jornal Diário” do Porto Canal

À data do estágio, o “Jornal Diário” era o único bloco informativo apresentado pelo Porto Canal. Este espaço de informação tinha como objetivo levar a público as notícias diárias sobre assuntos locais, nacionais e internacionais de segunda a sexta. Atualmente, e tendo em conta que a análise metodológica vai ter como base as notícias apresentadas num espaço de tempo atual mais atual, o “Jornal Diário” conta com uma duração média de 40 a 50 minutos, é apresentado todos os dias e começa por volta das 21h00, excetuando em alguns dias em que começa num horário diferente, em consequência de algumas alterações na grelha de programação.

Este formato é apresentado, de forma repartida, por diversos jornalistas como é o caso de Ana Guedes Rodrigues, Ana Rita Basto, Alexandra Costa Martins e Carla Ascensão.

3.1 Metodologia

Tendo em conta o estágio se ter realizado no período de 3 de setembro a 3 de dezembro de 2018, sendo que na época ainda não era definitiva a abordagem metodológica que iria estar presente neste relatório de estágio, e também devido ao facto de o canal ter sido alvo de algumas transformações tecnológicas nestes últimos meses, o que não permite ter acesso a alguns conteúdos fulcrais para análise de dados, optou-se pelo método de recolha de fontes de informação, referentes a conteúdos produzidos mais recentemente.

Assim o estudo de caso foi o método escolhido para analisar as principais fontes usadas no “Jornal Diário” do Porto Canal, sendo que a metodologia consistiu numa análise ao bloco informativo em questão, recolhendo todas as reportagens elaborados no período de 11 a 18 de maio de 2019, de modo a perceber quais as fontes a que os

jornalistas recorrem para elaboração dessas notícias. Dentro deste estudo, não foram alvos de análise todos os espaços de comentários, as TH's, OFF's e diretos.

No período acima denominado, foram contabilizadas 77 reportagens e 121 fontes de informação bem como uma entrevista a dois jornalistas do canal, de modo a corroborar as conclusões tiradas da análise feita e perceber como estes se posicionam no que diz respeito à relação que têm diariamente com as fontes. Ou seja, neste estudo os dados obtidos foram captados através de observação empírica e entrevistas.

“Quais são as fontes de informação mais usadas para a elaboração de reportagens para o “Jornal Diário” do Porto Canal?” é a pergunta à qual este estudo de caso pretende dar resposta. Por conseguinte o estudo tem como objetivo fazer uma análise ao tipo de fontes de informação usadas pelo Porto Canal e também perceber a que tipo de fontes é que, os jornalistas que aqui trabalham, recorrem com maior frequência para assim fazerem as reportagens para o bloco informativo “Jornal Diário”. Para isso será necessário verificar os seguintes pontos de análise, que permitirão chegar às conclusões finais.

- a) Verificar se nas reportagens elaboradas pelos jornalistas do Porto Canal, estes recorrem com maior frequência a fontes primárias ou secundárias.
- b) Tendo em conta a natureza das fontes, no Porto Canal perceber se predominam as fontes pessoais ou documentais.
- c) Compreender se o Porto Canal recorre tanto a fontes públicas como privadas.
- d) Inferir com que frequência são usadas fontes locais, nacionais ou internacionais nas reportagens apresentadas no “Jornal Diário”.
- e) De acordo com a identificação das fontes, entender se no Porto Canal está mais presente o anonimato ou a identificação.

Esta análise irá ser realizada tendo como base as referências teóricas de Manuel Pinto que criou a tipologia de fontes (2000: 279), e alguns critérios de seleção tendo em conta as circunstâncias em que foi feita a análise.

No seu estudo “Fontes Jornalísticas: Contributos para o Mapeamento do Campo” o investigador da Universidade do Minho tipifica e classifica os diferentes tipos de fontes, tendo em conta as “taxonomias” que se seguem: de acordo com a natureza (fontes pessoais ou documentais); de acordo com a origem (fontes públicas ou privadas); de acordo com a duração (esporádica ou permanente); de acordo com o âmbito geográfico (locais, nacionais ou internacionais); de acordo com o grau de envolvimento nos factos (primárias ou secundárias); de acordo com a atitude face ao jornalista (ativa ou passiva); de acordo com a identificação (explicitada/assumida ou confidencial/anónima) e de acordo com metodologia ou estratégia de atuação (pró-ativas ou reativas).

No estudo aqui apresentado, todas as fontes encontradas vão ser analisadas de acordo com apenas cinco das variáveis construídas por Manuel Pinto, uma vez que não é possível analisar as variáveis de duração, atitude face ao jornalista, e metodologia, pois o método usado para análise de fontes de informação foi o visionamento integral e a análise do alinhamento conteúdos do “Jornal Diário” e não o contacto direto com as fontes apresentadas.

3.2 Análise de dados

O objeto de estudo deste estudo de caso foram as reportagens emitidas no “Jornal Diário” do Porto Canal, no período de 11 a 18 de maio. Durante este período foram recolhidas 77 reportagens e um total de 121 fontes que foram analisadas de acordo com os critérios que, seguidamente, vão ser expostos em gráficos. Os dados serão apresentados de forma percentual.

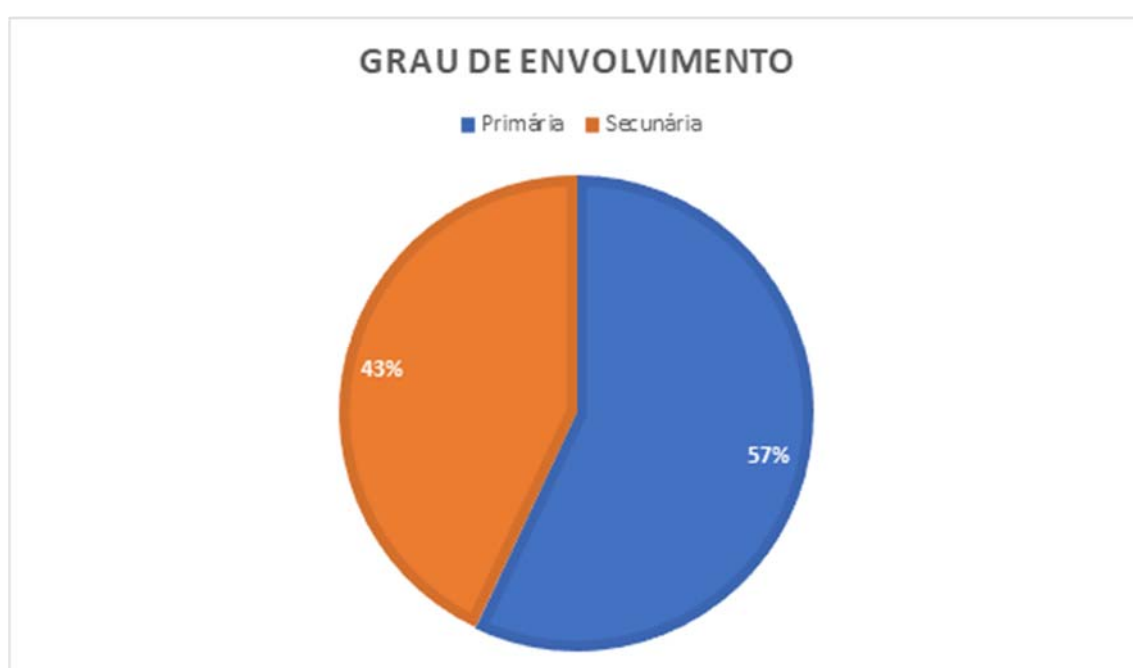


Gráfico 1: Fontes de Informação quanto ao grau de envolvimento

A primeira categoria analisada refere-se ao envolvimento das fontes de informação do “Jornal Diário” e estas poderão ser primárias ou secundárias. Neste sentido as fontes primárias são aquelas a quem o jornalista recorre devido ao facto de estarem diretamente envolvidas com o assunto em questão e darem testemunhos em “primeira mão”. No caso das fontes secundárias, estas acabam por não ter um envolvimento tão direto com as circunstâncias em análise e muitas das vezes os jornalistas recorrem a este tipo de fontes

para ter alguma opinião sobre um determinado assunto, como por exemplo, se houver um atentado terrorista, um especialista em relações internacionais pode vir comentar o assunto, fazendo uma contextualização dos acontecimentos, o que permite ao público compreender melhor o teor da notícia, tal como explica a jornalista Alexandra Costa Martins, “mesmo quando conseguimos testemunhas em primeira mão também acabamos por completar o nosso trabalho com declarações, ideias ou opiniões de outras fontes que, em todo o caso, acabam por ser as fontes secundárias”.

Analisando o gráfico circular percebe-se que o Porto Canal recorre, de forma bastante equilibrada, aos dois tipos de fontes, porém há uma maior tendência para as fontes primárias, uma vez que estas são dadas através de testemunhos diretos, confere mais autenticidade ao que é noticiado.

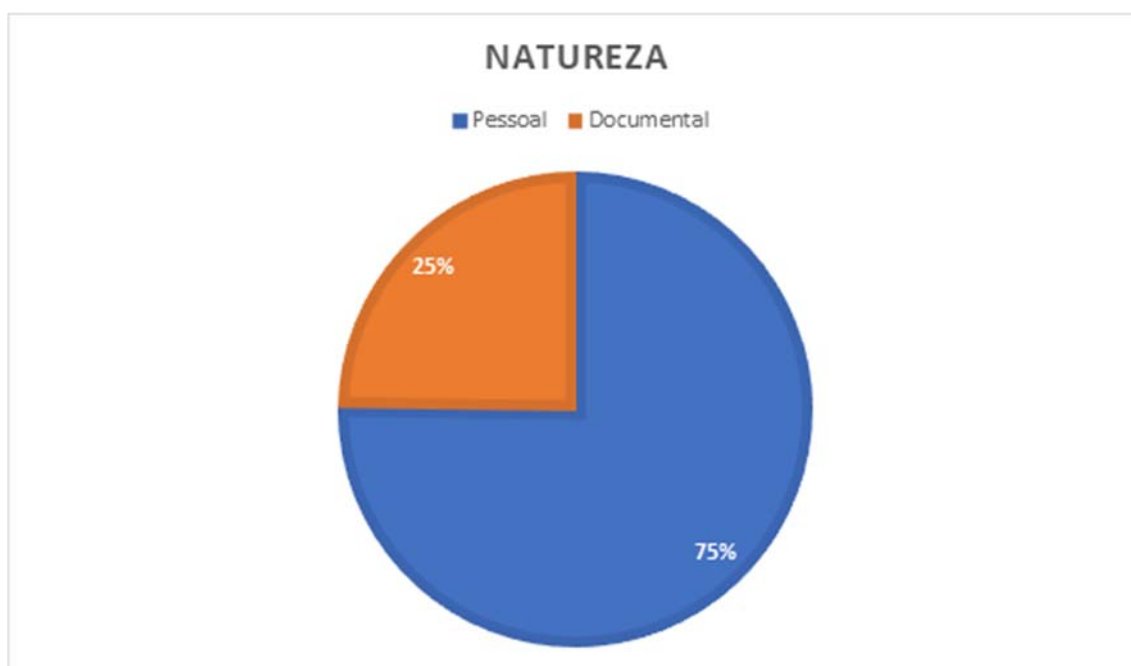


Gráfico 2: Fontes de informação quanto à natureza

No que diz respeito às fontes de informação do “Jornal Diário” quanto à sua natureza, estas podem ser classificadas também em duas categorias diferentes: pessoal ou documental.

As fontes de natureza pessoal são relativas a declarações feitas por pessoas, por exemplo, através de entrevistas e as fontes de natureza documental, são normalmente comunicados de alguns órgãos de poder, como é o caso de press-releases, notas de comunicação, vídeos, informação multimédia, brochuras, etc.

Há uma clara tendência para a escolha de fontes pessoais por parte do Porto Canal em detrimento de fontes documentais, tal como Vanda Balieiro justifica, “é sempre dada prioridade às pessoas que estejam dispostas a falar ao vivo em vez de ser usado, por exemplo, comunicados, porém às vezes é mesmo inevitável”.

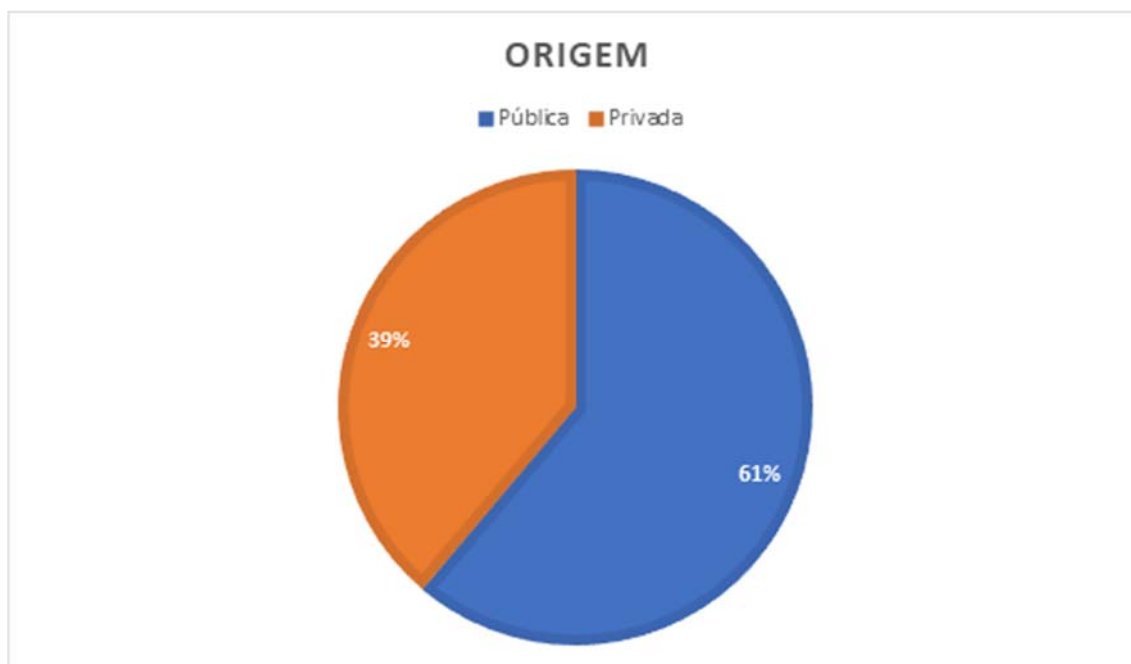


Gráfico 3: Fontes de informação quanto à origem

Relativamente às fontes de informação no que diz respeito à origem, pode-se colocar em dois grupos diferentes os tipos de fontes, pois estas podem ser públicas ou privadas. Pode-se considerar que as fontes são de origem privada quando provêm de testemunhos de cidadãos comuns, já as fontes de origem pública dizem respeito a vozes ligadas a órgãos de poder ou a instituições que estejam a representar.

Sendo o Porto Canal um canal regional, verifica-se uma queda para as fontes privadas que são consideradas pela jornalista Alexandra Costa Martins como as mais credíveis uma vez que “estes tipos de fontes facilitam muito o nosso trabalho e acabam por trazer notícias muito relevantes e fidedignas”. Porém, e apesar das fontes privadas estarem mais presentes no processo de produção noticiosa do “Jornal Diário”, Vanda Balieiro assume que ambas as fontes são usadas nas notícias, mas as de cariz privado acabam por “completar a notícia”.

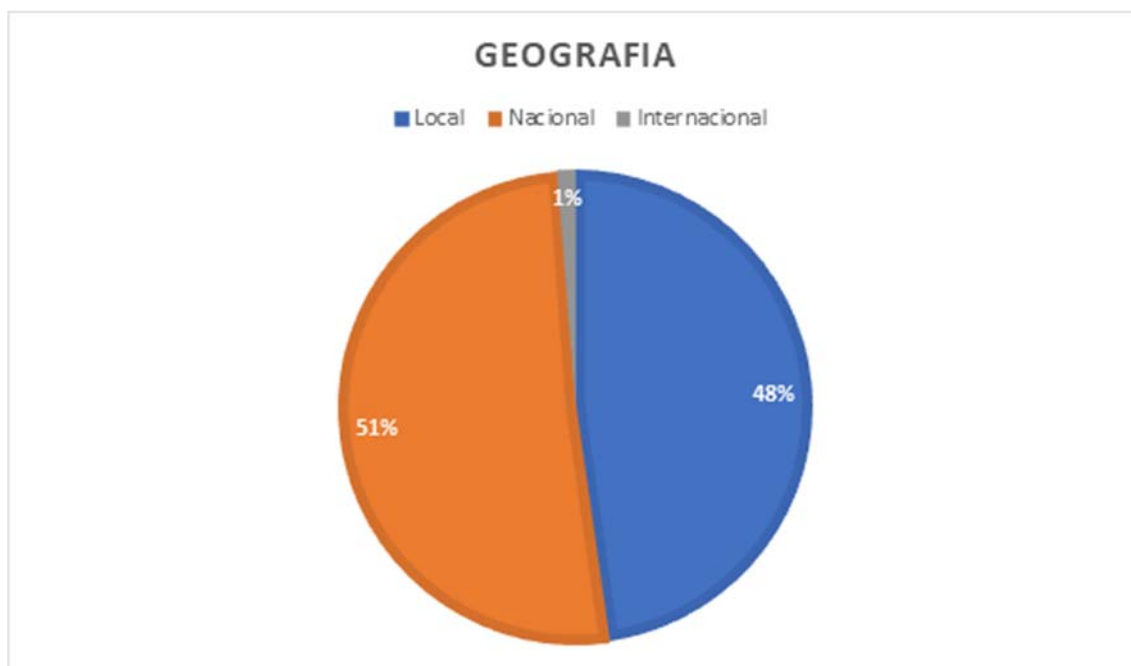


Gráfico 4: Fontes de informação quanto à geografia

Apesar do Porto Canal ser um canal considerado regional, tem o estatuto de um canal generalista e como tal, no seu bloco informativo tem o compromisso de apresentar notícias não só de âmbito mais local, mas que também façam referência a assuntos de interesse nacional, tal como explica Alexandra Costa Martins “não podemos fugir à realidade das notícias nacionais”.

Por isso na análise às fontes de informação quanto à geografia são tidos em conta as categorias local, nacional e internacional.

É de notar um grande equilíbrio entre as fontes de informação locais e nacionais, uma vez que no bloco informativo “Jornal Diário” ambas estão muito presentes devido ao facto de “não nos podemos esquecer que o Norte faz parte de um país”, de acordo com Vanda Balieiro.

Todavia as fontes internacionais são praticamente nulas na redação do Porto Canal, o que a chefe de redação justifica como uma fase de mudança nos conteúdos noticiados, “estamos a apostar em conteúdos referentes à região norte, e por isso deixaram de fazer

sentido algumas notícias internacionais”. A realidade é as fontes internacionais apesar de estarem pouco presentes continuam a ser usadas pelos jornalistas do Porto Canal, e por isso Alexandra Costa Martins explica que “o internacional só está presente se o impacto da notícia assim o justificar”.



Gráfico 5: Fontes de informação quanto à identificação

De acordo com as fontes de informação quanto à identificação, estas podem-se subdividir entre anónimas e identificadas. As fontes são anónimas quando não são a “cara” aos seus testemunhos, porém costumam ser usadas pelos jornalistas quando são realmente importantes para a reportagem.

Claramente no Porto Canal os jornalistas não têm de lidar frequentemente com o problema das fontes anónimas, uma vez que a grande maioria das fontes a que estes recorrem são identificadas. Neste contexto, e quando assim é necessário, os jornalistas utilizam as informações adquiridas pelas fontes anónimas partindo do princípio que “é considerada uma fonte fidedigna e devemos tomar nota de toda a informação pois o seu testemunho pode ser essencial para concluir o nosso trabalho”, explica Alexandra Costa Martins.

Já Vanda Balieiro assume que esta questão não costuma ser um problema, mas quando assim se justifica “damos voz a essa fonte omitindo a sua identidade da forma que ela nos solicitou”.

Conclusão

O estágio no Porto Canal refletiu-se numa experiência enriquecedora em todas as suas vertentes pois serviu para pôr em prática todos os conhecimentos adquiridos até então a nível de contexto académico. A passagem pela redação permitiu compreender melhor as dinâmicas de um canal regional e de que forma é que se lida diariamente com as questões relacionadas com o trabalho jornalístico e sobretudo como é feita a gestão e a interação com as fontes de informação, quer a nível de jornalismo de produção como também no que diz respeito ao jornalismo de reportagem.

Durante o período de estágio na produção do Porto Canal, houve a possibilidade de contacto com muitas fontes de informação, isto porque cabe a esta equipa fazer os contactos com as fontes, tentar perceber, previamente, via telefónica, o cariz do acontecimento, inferir a importância de avançar com uma equipa de reportagem no local e realizar agendamentos. Ou seja, o primeiro passo de uma reportagem parte da equipa de produção, que posteriormente “passa para as mãos” do jornalista que irá realizar a reportagem e construir a notícia. No que diz respeito ao jornalismo de reportagem, foi possível ter um contacto mais direto com as fontes de informação e assim perceber melhor qual o nível de envolvimento com que esta se relaciona com a notícia e a sua real importância no processo de construção noticioso.

A importância das fontes de informação no jornalismo foi algo que ficou bem assente desde o primeiro dia, por isso este tema serviu de mote para o desenvolvimento do presente relatório de estágio. Assim, neste sentido, foi desenvolvido um enquadramento teórico com base no estudo de diversos autores nesta área de estudo, com o objetivo de descortinar o que são as fontes de informação, quais as tipologias que, ao longo dos anos, foram sendo desenvolvidas e melhoradas pelos vários investigadores e sobretudo perceber em que se baseia a relação entre as fontes e os jornalistas e fontes.

Nesta abordagem rapidamente se percebeu que sem fontes não há possibilidade de fazer jornalismo e que estas desempenham um papel altamente importante nas rotinas de

produção de qualquer órgão de comunicação. Neste sentido a relação entre as fontes de informação e o jornalismo tem por base algumas cedências e exigências, mas acaba sempre por ser pautada por um processo de negociação entre partes, que com o passar do tempo acaba por ser melhorado devido ao fator confiança.

No caso do Porto Canal também as relações entre fontes e jornalista se fazem com grande proximidade, tal como na maior parte dos meios de proximidade. Neste sentido foi desenvolvido o tema “As fontes de informação no jornalismo de proximidade” onde, através da análise a quatro estudos elaborados neste contexto, se percebeu qual a tendência que estes tipos de órgão de comunicação têm, no que toca à utilização das fontes nas suas rotinas produtivas. As principais conclusões destes estudos admitem que a maior parte dos media de proximidade dão prioridade às fontes institucionais/ públicas, porém nunca descurando as fontes as privadas, que dizem respeito a testemunhos de cidadãos, no entanto esta preferência por fontes públicas acaba por pôr em causa o princípio de pluralidade das fontes. Os dados mostram, sobretudo, o acesso a fontes oficiais quando se tratam de notícias no campo político e económico e fontes não oficiais quando se tratam de “breves”.

Na parte prática deste trabalho foi feita uma análise às fontes mais usadas pelos jornalistas do Porto Canal. Para chegar a estas conclusões foi feita uma análise do alinhamento do “Jornal Diário” durante um período do mês de maio. Assim percebeu-se que no que diz respeito ao nível de envolvimento há um grande equilíbrio entre as fontes primárias e secundárias, porém as fontes primárias destacam-se pois tratam-se de testemunhos diretos e, normalmente, de pessoas diretamente envolvidas na ocorrência. Em análise ao fator natureza, há uma grande preferência nas fontes pessoais em detrimento das documentais, o que Vanda Balieiro justifica como dar “prioridade às pessoas que estejam dispostas a falar ao vivo” (anexo 1). No que diz respeito à origem das fontes de informação mais usadas no Porto Canal, observa-se que as fontes privadas estão ligeiramente mais presentes do que as fontes públicas, o que acontece também em

outros meios de comunicação social regionais, como já foi visto anteriormente. A nível geográfico, e apesar do Porto Canal ser um canal regional, os resultados entre fontes locais e fontes nacionais são bastante proporcionais, pois apesar de haver um tratamento intensivo das notícias locais, não é possível construir um bloco informativo diário sem fazer referência a assuntos que são do interesse de todos os cidadãos, sobretudo quando se tratam de questões políticas e económicas, tal como explica Alexandra Costa Martins, “é importante ter assente que as pessoas que nos estão a ver querem saber um pouco de tudo e ficar o mais informadas possível ao assistir ao “Jornal Diário” (anexo 2). Por fim a análise, a última variável de análise das fontes de informação recaiu sobre a identificação, ou seja, se estas são anónimas ou identificadas. No Porto Canal os jornalistas não têm de lidar frequentemente com fontes anónimas, mas quando assim é necessário, estas são passíveis de ser usadas desde que sejam fidedignas.

Os resultados obtidos do estudo de caso realizado neste relatório de estágio apresentam uma visão daquilo que acontece na redação do Porto Canal, porém em outros meios de comunicação locais, a realidade das relações dos jornalistas com as suas fontes de informação pode ser diferente. Devido ao facto de se tratar de uma análise num período de tempo curto, não é demais lembrar que as conclusões aqui apresentadas, são suscetíveis da influência da atualidade noticiosa do momento de análise.

Referências bibliográficas

Acesso às fontes de informação - Alta Autoridade para Comunicação Social, Sindicato dos Jornalistas, Colóquio Abril de 1998. Lisboa

ALMEIDA, Maryline (2003). O Jornalismo de proximidade como promotor da cultura e identidade de uma região. Relatório estágio realizado no âmbito do Mestrado em Jornalismo. Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social. Lisboa.

BOURDIEU, Pierre (1997). Sobre a Televisão. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.

CAMPONEZ, Carlos (2002). Jornalismo de Proximidade. Minerva Coimbra. Coimbra.

CURIEL, Pérez Concha (2011). Las Fuentes en el Periodismo Especializado-Análisis de las fuentes de información en las secciones de El País y El Mundo. Editora Académica Española.

DARDE, Vicente (2014). Fontes de Informação: a luta pelo poder no campo jornalístico. International Studies on Law and Education.

CEMOrOc-Feusp / IJI-Univ. do Porto. Porto, consultado em 18 de abril de 2019

DURÃES, Tânia (2017). As fontes de informação no Jornalismo Online: o caso do Jornal de Notícias. Dissertação de mestrado. Universidade do Porto. Porto

FERREIRA, Paulo (2005). O custo das não-decisões na imprensa regional e local em Portugal. Comunicação e Sociedade.

Fontcuberta, Mar de (1999). A Notícia, Pistas para Compreender o Mundo. Casa das Letras.

Gomis, Lorenzo (2004). Teoria del periodismo: como se forma el presente. Barcelona: Paidós.

Lopes, Felisbela (1999). A TV do Real- A televisão e o espaço público. Minerva Coimbra. Coimbra.

Matos, Mário (2010). Fontes de Informação na Imprensa Regional: Estudo comparativo de dois jornais dos concelhos de Santa Maria da Feira e Anadia. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Jornalismo, na Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior.

Moraes & Sousa (2013). As práticas jornalísticas na imprensa regional: a selecção das fontes e a promoção de desigualdades sociais. Observatorio (OBS*) Journal, vol.7 - nº1, 187-204. Laboratório de Comunicação Online (LABCOM) e Universidade da Beira Interior, Portugal.

Pinto, Manuel (2000). “Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo”, Comunicação e Sociedade, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol.14 (1-2), 277-294.

RIBEIRO, Vasco (2009). Fontes Sofisticadas de Informação- Análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1990 a 2005. Media XXI.

SANTOS, Rogério (1997). A negociação entre jornalistas e fontes. Minerva Coimbra. Coimbra.

SANTOS, Rogério (2003) Jornalistas e fontes de informação: a sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo. Minerva Coimbra. Coimbra.

SCHMITZ, Aldo. (S/D). Classificação das fontes de notícias, Biblioteca Online de Ciências da Comunicação [<http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>], consultado em 16/02/2014

TRAQUINA, Nelson (2004). Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são. Insular. Florianópolis.

VIGÁRIO, Luís (2016). O jornalismo de proximidade nos programas «Territórios» e «Mundo Local». Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação. Universidade do Porto. Porto.

Recursos Eletrónicos

Porto Canal fecha delegações para reduzir custos, Jornal de Notícias. 2018

<https://www.jn.pt/artes/media/interior/porto-canal-fecha-delegacoes-para-reduzir-custos-9600354.html>, consultado em 27/03/2019

Porto Canal abre novas delegações no Norte, Jornal de Notícias
[[http://www.jn.pt/PaginaInicial/Media/Interior.aspx?content_id=1607141, consultado em 27/03/2019

FC Porto assume gestão do Porto Canal em agosto (2011, 30 de junho)
<http://www.jn.pt/media/interior/fc-porto-assume-gestao-do-porto-canal-em-agosto1892484.html>, consultado em 14/06/2019

Estatuto da Imprensa Regional. Disponível em:
http://www.aacs.pt/legislacao/estatuto_da_imprensa_regional.ht, consultado em 21/05/2019

Anexos

Anexo 1

Entrevista a Vanda Balieiro

1. Como é que define a relação entre jornalistas e fontes?

Muitas das vezes é difícil para os jornalistas começarem a conectar-se com as fontes, porém ainda é mais difícil manter essas relações e desenvolvê-las. Porém, e com o passar dos anos de experiência, os jornalistas trazem informações dadas por fontes alcançadas por eles e pelos seus contactos. A partir do momento em que um jornalista começa a ganhar confiança com uma determinada fonte, começa a trazer dali muitas mais informações que depois vão ser importantes noutras ocasiões e muitas das vezes essa mesma fonte já contacta esse jornalista para lhe passar determinada informação que considere relevante.

2. Existem fontes, que em caso de urgência ou situações de última hora, os jornalistas recorrem com mais frequência?

Sim vamos tendo essas fontes e cada vez mais não são as que nós desejávamos, mas ainda temos algumas fontes que consideramos de confiança que nos podem corroborar algumas ocorrências.

3. Como justifica o equilíbrio entre fontes primárias e fontes secundárias, nas fontes usadas pelos jornalistas do Porto Canal?

Nós aqui no Porto Canal incutimos muito aos jornalistas o contacto direto com as pessoas que estão envolvidas nas situações, porém nem sempre é possível ter o acesso que desejamos a todos os acontecimentos e por isso surgem as fontes secundárias. Como nem sempre é possível ter acesso imediato às fontes de informação primárias, há também uma grande ajuda da produção no que diz respeito a arranjar alguns contactos que possam

ajudar a completar a peça, sendo que esses contatos podem ser as ditas fontes secundárias que se relacionam de algum modo com a notícias que vai ser exibida. Atualmente estamos a mudar um pouco esse processo e quando um jornalista adquire alguma informação em primeira mão é apenas ele que desenvolve a reportagem, o que não significa que esse testemunho não possa ser completado por declarações de fontes secundárias.

4. Há uma elevada tendência para o uso de fontes pessoais em detrimento das documentais, porquê?

Como estamos a falar de um canal de televisão damos muita importância à imagem e ao contacto direto com as pessoas. É sempre dada prioridade às pessoas que estejam dispostas a falar ao vivo em vez de ser usado, por exemplo, comunicados, porém às vezes é mesmo inevitável. Neste sentido surge uma outra questão importante que é o direito a conteúdos exclusivos, ou seja, quando vamos buscar imagens às quais não temos acesso direto como é o caso dos jogos de futebol, discursos do presidente da república, entre outros, estamos a ir buscar necessariamente conteúdos e informações a fontes documentais quer sejam elas em texto, vídeo ou áudio, mas isto é mais raro de acontecer, daí a forte tendência para fontes pessoais.

5. Em relação às fontes públicas e privadas, os dados recolhidos do estudo de caso apontam para uma maior utilização das primeiras, a que se devem estes resultados?

Isto tem um pouco a ver com a forma como a informação chega até nós, ou seja normalmente chega-nos sempre primeiro a nível institucional, seja através de comunicado, por via telefone ou entre outras formas e por isso essas instituições são aquelas com quem tentamos falar de imediato, como é o caso dos bombeiros, hospitais ou polícia, sendo que posteriormente, cabe a nós, meio de comunicação, decidir se há ou não notícia. Claro que depois se vamos a um incêndio ou a um acidente interessa-nos ouvir quem está diretamente envolvido, porém para complementar a informação dada por essa pessoa, procuramos sempre um representante institucional que possa explicar melhor a ordem dos acontecimentos, e esta regra é válida em todas as editorias, seja crime,

política, economia e por aí. Estas informações de órgãos institucionais, também tidos como fontes públicas para além de completarem a notícia também a credibilizam.

6. No seu ponto de vista, as fontes públicas, também tidas como fontes oficiais, ajudam ou dificultam no trabalho do jornalista?

Depende das situações. Há casos em que nos facilitam e em que é do interesse deles facilitar, por outro lado há casos em que por inerência as funções ou a situação em que estão, não conseguem prestar mais informações. A verdade é que quando é algo do interesse deste tipo de instituições, estas não hesitam em contactar os jornalistas e fazer até alguma pressão para que certas coisas sejam noticiadas. Quando são investigações nossas, mesmo exclusivas do Porto Canal é muito mais difícil obter esclarecimentos, contrariamente se for noticiado em outros órgãos, nós sentimos que a resposta é muito mais imediata. Porém temos de separar as águas e se forem assuntos que têm de ser mesmo resguardados, como é o caso de algumas investigações criminais eles não dão de maneira nenhuma informação. Quando são assuntos que estes tipos de fontes querem ver desmentidas, estas acabam por ter a maior rapidez em responder aos jornalistas, agora também pode haver situações em que queremos um esclarecimento e eles não dão.

7. Apesar de o Porto Canal ser um canal regional, há um equilíbrio entre fontes locais e nacionais, a que se deve esta tendência?

Neste momento temos uma direcção de informação nova e estamos a tentar mudar um pouco isso, sendo que pretendemos focalizar-nos mais na região norte. De qualquer forma não nos podemos esquecer que o Norte faz parte de um país, ou seja, faz parte de Portugal e como quem nos gere é um governos central e não um governo regional, temos de ter consciência que se, por exemplo, há um problema no aqui na região norte, nós vamos ter de pedir esclarecimentos ao Governo, se a situação assim o indicar, daí não podermos dissociar as nossas fontes. Muitas das vezes um assunto que é nacional e que interessa ao Norte, é notícia que devemos aproveitar para o “Jornal Diário” e que deve ser reportado devido ao seu grau de importância para todos os cidadãos do nosso país.

8. A nível de fontes internacionais, estas não estão praticamente presentes nas rotinas dos jornalistas do Porto Canal, porquê?

Cada vez mais estamos a apostar em conteúdos referentes à região norte e por isso deixaram de fazer sentido algumas notícias internacionais, a não ser que estas tenham a ver com a nossa região e com o nosso país, daí haver cada vez mais uma diminuição deste tipo de fontes. No caso de ser um assunto transversal, por exemplo um atentado que tenha afetado portugueses é assunto que interessa a todos os cidadãos portugueses, por isso pode ser suscetível de ser noticiado no “Jornal Diário”. Há também a questão do desporto e do futebol aí damos destaque internacional quando há envolvimento de desportistas ou treinadores portugueses, mas são casos pontuais.

9. As fontes anónimas são praticamente inexistentes, mas quando surgem, de que forma é que se lida com este tipo de fontes?

Primeiro nós temos de ver se essas fontes são fidedignas ou não e depois partindo do princípio que essas fontes é viável, damos voz a essa fonte omitindo a sua identidade da forma que ela nos solicitar, porém temos sempre de ir confirmar essa informação. Imaginemos que é uma denúncia de negligência médica, a sua função é sempre ouvir a outra parte e temos de confrontar todos os participantes dessa situação, contudo muitas das vezes as pessoas não querem ser identificadas e isso é perfeitamente natural em muitos casos.

Anexo 2

Entrevista a Alexandra Costa Martins

1. Como é que define a relação entre jornalistas e fontes?

Acho que é uma relação gradual. É preciso tempo para um jornalista ter uma boa rede de contactos e de fontes e depois cabe às fontes também perceber se esse jornalista quando escreve uma notícia, se a faz transparecer exatamente como ela foi transmitida pelas suas fontes e é quase uma relação de confiança. Nós às vezes nem conhecemos a cara das nossas fontes, mas sabemos que elas estão do lado de lá, sobretudo quando estas estão a representar instituições. Considero mesmo que era praticamente impossível fazer o meu trabalho de jornalista sem o acesso às fontes de informação porque como humana que sou seria possível a minha omnipresença em todos os acontecimentos que são passíveis de ser noticiados.

2. Existem fontes, que em caso de urgência ou situações de última hora, os jornalistas recorrem com mais frequência?

Sim, mas como qualquer jornalista essa são as fontes que devemos resguardar melhor porque são as que nos trazem as melhores notícias.

2. Como justifica o equilíbrio entre fontes primárias e fontes secundárias, nas fontes usadas pelos jornalistas do Porto Canal?

Nós temos sempre de ouvir todas as partes envolvidas numa notícia e as vezes demoramos semanas até conseguirmos concluir essa notícia até que esta possa ser exibida no “Jornal Diário”. Nem sempre é fácil porque às vezes as partes envolvidas não querem falar e por isso muitas vezes é difícil ter acesso de forma direta às pessoas ou entidades diretamente

envolvidas na situação, e quando isto acontece a tendência é recorrer a algumas fontes secundárias que acabam por ter um bom conhecimento daquilo que está a ser tratado e conseguem ajudar-nos na construção da notícia. Apesar destas situações são ocorrerem frequentemente, mesmo quando conseguimos testemunhas em primeira mão também acabamos por completar o nosso trabalho com declarações, ideias ou opiniões de outras fontes que, em todo o caso, acabam por ser as fontes secundárias.

4. Há uma elevada tendência para o uso de fontes pessoais em detrimento das documentais, porquê?

A nossa linha de comunicação aqui no Porto Canal passa muito pelo contacto direto com as pessoas daí essa tendência. Estamos muito próximos das pessoas e por isso são as pessoas e os seus testemunhos reais que nos transmitem a informação mais importante para as nossas notícias, claro que nem sempre em todas as situações podemos dar uso a fontes pessoais, mas as documentais só são mais usadas em último caso e quando não é possível ter um testemunho presencial.

5. Em relação às fontes públicas e privadas, os dados recolhidos do estudo de caso apontam para uma maior utilização das primeiras, a que se devem estes resultados?

Acho que essa tendência se deve sobretudo ao facto das fontes públicas serem mais fáceis de comunicar. Há todo um trabalho feito pela produção, de contato primário com essas fontes públicas que depois acaba por facilitar mais o nosso trabalho, sendo que sempre que é possível as fontes públicas transmitem-nos a informação que é necessária para a notícia, sendo que depois cabe a nós jornalistas tratar essas ocorrências. No caso de ser acidentes ou situações de emergência, cabe ao jornalista ir até ao terreno perceber o que realmente se passa, mas a verdade é que este tipo de fontes facilitam muito o nosso trabalho e acabam por trazer notícias muito relevantes e fidedignas, por isso contamos tantas vezes com elas no decorrer do nosso trabalho.

6. No seu ponto de vista, as fontes públicas, também tidas como fontes oficiais, ajudam ou dificultam no trabalho do jornalista?

Na minha opinião eles ajudam, mas também ajudam até onde querem ir. Quando este tipo de fontes percebe que nós estamos a subir um degrau que eles não querem, não ajudam ou tentam resguardar-se. Acredito que esta relação com fontes oficiais é realmente bastante positiva e favorável para ambos os lados e que é um jogo de interesses completamente saudável e necessário uma vez que está cada um pelo seu lado.

7. Apesar de o Porto Canal ser um canal regional, há um equilíbrio entre fontes locais e nacionais, a que se deve esta tendência?

O nosso foco é sempre o regional, nós queremos dar voz às pessoas da região norte e que as notícias sejam sobretudo para as pessoas da região. Claro que apesar de sermos um canal regional não podemos fugir à realidade das notícias nacionais, sobretudo quando mexem com conteúdos políticos ou outras notícias que têm impacto nacional. É importante ter assente que as pessoas que nos estão a ver querem saber um pouco de tudo e ficar o mais informadas possível ao assistir ao “Jornal Diário”.

8. A nível de fontes internacionais, estas não estão praticamente presentes nas rotinas dos jornalistas do Porto Canal, porquê?

Anteriormente o nosso bloco informativo contava com uma síntese internacional onde abordávamos de forma muito resumida alguns dos principais temas do dia a nível internacional, porém já não o fazemos porque atualmente o nosso principal foco é a informação a nível regional e nacional. O internacional só está presente se o impacto da

notícia assim o justificar ou se portugueses estiverem envolvidos, sendo que destacamos sempre a nível desportivo, uma vez que por exemplo agora com o mercado de transferências desportivas, estamos sempre atentos a isso e temos de recorrer a algumas fontes internacionais para construir as nossas notícias.

9. As fontes anónimas são praticamente inexistentes, mas quando surgem, de que forma é que se lida com este tipo de fontes?

Quando nós abordamos uma pessoa e ela diz que não quer ser identificada o nosso papel enquanto jornalistas é aceitar e perguntar se ainda assim a pessoa pode falar connosco contando com o nosso sigilo. Ainda assim é considerada uma fonte fidedigna, e devemos tomar nota de toda a informação pois o seu testemunho pode ser essencial para concluir o nosso trabalho. Normalmente estas situações ocorrem no contexto de crimes, principalmente quando são testemunhas de um crime e muitas vezes por medo de sofrerem represálias, pedem ao jornalista para não divulgar a sua identidade.

Anexo 3

Alguns exemplos de peças elaboradas pela estagiária para o “Jornal Diário” do Porto Canal

Nigeriana raptada e prostituída Porto 24/10/2018

Reclamações nos transportes diminuem 02/11/2018

Protesto de trabalhadores do pingo doce de Gondomar 06/11/2018

Dia da consciencialização do stress 07/11/2018

Conferência de Imprensa jogo FC Porto X Braga 09/11/2018

São Martinho no IPO Porto 11/11/2018

Operadoras de transporte ameaçam cortar o passe de estudante 13/11/2018

Manifesto pela floresta com eucalipto 14/11/2018

Visita de empresários chineses ao Porto 15/11/2018

Acidente de camião corta A1 16/11/2018

Fórum empresarial no distrito de Aveiro 19/11/2018

Acidente mortal IP4 20/11/2018

Fecho de empresa Jado Iberia em Braga 21/11/2018

Rui Moreira, polémica pelo novo centro de saúde 26/11/2018

Pescadores exigem dragagem nos portos 29/11/2018

Sentença do jogador do Canelas por agressão 30/11/2018

